



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,
REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

-----Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 2. Instalação e exploração de ponto de carregamento rápido de baterias de veículos elétricos – pedido de atribuição de licença de utilização privativa do domínio público – ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida;**-----
- 3. Avaliação da atividade da Assembleia Municipal – Mandato 2017/2021.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, João Filipe Paulo Pólvora, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa. -----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes. -----

-----Comprovada a existência de quórum, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas.-----

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, bem como dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva.-----

-----A **Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes e justificou, em seguida, a ausência do Deputado Fernando José Mestre Patrício, por razões de ordem profissional, tendo sido substituído pelo Deputado Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro.-----

-----Justificou também a ausência das Deputadas Luísa Margarida Cagica Carvalho e Bertina Pereira João Duarte, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituídas pelos Deputados Faustino Marques e Afonso Pessoa, respetivamente. -----

-----A ausência do Vereador Francisco Luís foi igualmente justificada por motivos profissionais. -----

-----Teve início o “Período Antes da Ordem do Dia”, tendo sido aprovada por unanimidade, a ata da sessão ordinária realizada no dia 26 de junho de 2020.-----

-----Foram também colocadas à votação, as atas da sessão extraordinária realizada no dia 20 de julho de 2020, da sessão extraordinária realizada no dia 30 de julho de 2020, da sessão ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2020 e da sessão extraordinária realizada no dia 13 de outubro de 2020, tendo sido todas aprovadas por maioria, com 23 votos a favor (12 CDU, 6 PS, 2 PSD, 2 MSU e 1 BE) e uma abstenção do PS.--O **Deputado João Pólvora**, do Grupo Municipal do PS, prestou Declaração de Voto, referindo que a sua abstenção na votação das atas de 20 de julho, 30 de julho, 25 de setembro e 13 de outubro, se devia ao facto de não ter tido tempo de as ler. -----

-----Relativamente às informações, a **Presidente da AMS** fez referência à Auditoria Interna e Externa e disse que era motivo de orgulho e que na Auditoria Interna ocorrida no dia 07 de setembro merecera também a sua aprovação, não tendo sido detetada nenhuma “não conformidade”, o que significa que o processo continua a ser bem fundamentado e organizado e quase que diria que, infelizmente, a Assembleia Municipal de Sesimbra continuava a ser a primeira e única Assembleia Municipal no país com esta Certificação. Salientou que quando dizia “infelizmente”, era no sentido de ser extremamente importante que outras assembleias municipais pudessem também adotar os mesmos procedimentos, ou semelhantes, por forma a marcar-se uma presença mais significativa naquilo que era o papel da Assembleia Municipal e a sua organização. Informou também que, no dia 09 de setembro, havia ocorrido, igualmente, a Auditoria Externa, com o Auditor da APCER (Associação Portuguesa de Certificação), e também com a companhia dos serviços, quer da Assembleia, quer da responsável da parte da Câmara Municipal e que também tinha

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

sido aprovada sem nenhuma “não conformidade”, significando que havia condições para continuar este processo em termos futuros que, até agora, havia funcionado de forma bastante satisfatória, útil e eficaz. -----A informação seguinte respeito à isenção de taxas que, de acordo com a Lei, se havia desenvolvido durante o período da Covid-19, e sempre que a Câmara Municipal tomava uma deliberação no que dizia respeito a esta matéria, devia ser rapidamente comunicada à Assembleia Municipal. Disse que esta situação acontecera e na reunião de Câmara do dia 04 de agosto, havia um conjunto de deliberações tomadas pela CMS, as quais foram imediatamente dadas a conhecer a todos os Deputados, mas era extremamente importante que ficasse o registo nesta Assembleia, do conhecimento destas matérias, que estava, igualmente, na PAM's, onde poderia ser consultada. Disse tratar-se de um documento que, não sendo longo, era extenso, na medida em que falava de taxas de ocupação do espaço público e publicidade, assim como também daquilo que eram os pressupostos no que dizia respeito ao período da pandemia, havendo assim um conjunto de ressalvas descritas nesta proposta, das medidas excecionais de apoio à Economia Local. -----

-----Prosseguindo os trabalhos, foi dada a palavra ao **Deputado Faustino Marques**, que fez a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Sampaio**, que em seguida se transcreve:-----

-----“Jorge Fernando Branco de Sampaio - nasceu em Lisboa, em 18 de setembro de 1939, onde morreu em 10 de setembro de 2021. Filho de Arnaldo Sampaio, médico, especialista em Saúde Pública, e de Fernanda Bensaude Branco de Sampaio, professora particular de inglês. Foi casado com Maria José Ritta e teve dois filhos, Vera e André.-----

-----Desde a infância, fez estudos musicais e, por imperativo da carreira do pai, passou largo tempo nos EUA e em Inglaterra, experiência que o marcou muito. Frequentou os estudos secundários nos liceus Pedro Nunes e Passos Manuel.-----

-----Em 1961, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Na Universidade, desenvolveu uma relevante atividade académica, iniciando, assim, uma persistente ação política de oposição à Ditadura. Foi eleito Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito, em 1960-61, e Secretário-Geral da Reunião Inter-Associações Académicas (RIA), em 1961-62. Nessa qualidade, é um dos protagonistas da crise académica do princípio dos anos 60, a qual esteve na origem de um longo e generalizado movimento de contestação estudantil, que durou até ao 25 de Abril de 1974, e que abalou profundamente o Regime. -----

-----Deu, entretanto, início a uma intensa carreira de advogado, que se estendeu por todos os ramos de Direito, tendo desempenhado também funções diretivas na Ordem dos Advogados. Teve um papel de relevo

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

na defesa de presos políticos, no Tribunal Plenário de Lisboa.-----

-----Nas eleições legislativas de 1969, volta a desafiar o regime, candidatando-se à Assembleia Nacional pela Comissão Democrática Eleitoral (CDE). A sua atividade política e intelectual desta altura fica marcada pela constância e pela resistência à ditadura, defendendo um novo modelo, em que imperassem a polifonia democrática e a liberdade, de base socialista e em sintonia com os novos contornos daquele que era o novo pensamento político europeu. -----

-----Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, é um dos principais impulsionadores da criação do Movimento de Esquerda Socialista (MES), do qual se desvincula, todavia, logo no congresso fundador em dezembro do mesmo ano, por discordância de fundo com a orientação ideológica aí definida.-----

-----Desempenha, nos anos da Revolução, um importante papel no diálogo com a ala moderada do MFA, sendo um ativo apoiante das posições do “Grupo dos Nove”. Em março de 1975, é nomeado Secretário de Estado da Cooperação Externa, no IV Governo Provisório. -----

-----A adesão formal ao Partido Socialista viria a dar-se em 1978 e, nas eleições legislativas de 1979, seria eleito deputado à Assembleia da República, precisamente pelo Partido Socialista, a cujo Grupo Parlamentar presidiu entre 1986 e 1987. Foi eleito Secretário-geral do PS em 1989, assumindo essas funções até 1992. -----

-----De 1979 a 1984, é membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem no Conselho da Europa, realizando aí um importante trabalho na defesa dos Direitos Fundamentais e contribuindo para uma aplicação mais dinâmica dos princípios contidos na Convenção Europeia dos Direitos do Homem. É reeleito deputado à Assembleia da República, em 1980, 1985, 1987 e 1991. Em 1987/88 é Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo assumido, em 1986-87, a responsabilidade das Relações Internacionais do PS. Foi ainda co-Presidente do “Comité África” da Internacional Socialista. -----

-----Um importante passo do seu percurso político foi a Câmara Municipal de Lisboa, para a qual foi eleito Presidente em 1989, depois de ter conseguido formar uma candidatura multipartidária e com grande representação cívica e associativa. Marcou o desempenho dessas funções pela visão estratégica, por uma preocupação social fortemente inclusiva e por uma modernização da cidade de que hoje todos os lisboetas beneficiam. Deixaria esse cargo em 1995, para se candidatar à Presidência da República, sendo eleito logo à primeira volta, tendo sido reeleito em 2001. -----

-----Jorge Sampaio manteve, ao longo dos anos, uma constante intervenção político-cultural, nomeadamente através da presença assídua em jornais e revistas (Seara Nova, O Tempo e o Modo, República, Jornal Novo, Opção, Expresso, O Jornal, Diário de Notícias e Público, entre outros)-----

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em 1991, publicou, sob o título “A Festa de Um Sonho”, uma coletânea dos seus textos políticos. Em 1995, é editado o seu livro “Um Olhar sobre Portugal”, no qual responde a personalidades de vários sectores da vida nacional, configurando a sua perspetiva dos problemas do País. Em 2000, publica o livro “Quero Dizer-vos”, em que expõe a sua visão atualizada dos desafios que se põem à sociedade portuguesa. As suas intervenções presidenciais foram reunidas nos livros “Portugueses”. -----

-----A Presidência da República de Jorge Sampaio, em ambos os mandatos, carrega a marca indelével da cultura humanista. Mas não se esgota aí. Além-fronteiras, e além de um forte impulso à plena integração europeia, o Presidente da República Jorge Sampaio fez ecoar em todo o mundo a voz de Portugal na defesa da causa pela independência de Timor e presidiu à transferência de soberania de Macau para a República Popular da China. Os dois mandatos de Jorge Sampaio no mais alto e digno cargo da nossa nação ficaram também marcados pela reflexão em torno dos poderes do Presidente da República, enquanto referência e baluarte de estabilidade política e do regular funcionamento das instituições democráticas. -----

-----Após a Presidência da República, Jorge Sampaio continuou a pautar a sua vida pela defesa dos valores humanistas, da ética e da solidariedade. O conjunto da sua obra publicada, versando temas culturais, sociais e políticos, nacionais e internacionais, é apenas um dos muitos exemplos que ilustram o seu legado. Outro é certamente a Associação Plataforma Global para Estudantes Sírios (APGES), criada sob sua égide e com o intuito de criar condições para jovens sírios poderem continuar a estudar apesar da guerra civil. -----

-----Dando continuidade à sua intensa atividade em prol de um mundo cada vez mais solidário e mais justo para todos, em maio de 2006, foi nomeado pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Enviado Especial para a Luta contra a Tuberculose. Em 26 de abril de 2007, foi nomeado Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. A ONU reconheceria o trajeto mundial de Jorge Sampaio na defesa dos direitos humanos, ao escolhê-lo para ser um dos vencedores do Prémio Nelson Mandela em 2015, na primeira vez na história das Nações Unidas que o prémio foi atribuído. -----

-----Também Portugal soube expressar a Jorge Sampaio a sua imensa gratidão, patente nos quatro doutoramentos honoris causa que lhe foram outorgados, pela Ordem da Liberdade e pela Ordem do Infante D. Henrique – apenas para citar dois exemplos – que lhe foram atribuídas e pelas inúmeras homenagens de cariz civil e espontâneo que lhe foram prestadas ao longo dos anos, como testemunho de afeto e de gratidão. -----

-----No dia em que o grande coração do nosso Jorge Sampaio deixou de bater, todos vivenciámos um

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

enorme sentimento de perda, tendo-se instalado um vazio no país, apenas minimizado pela digna homenagem que justamente lhe foi prestada no decorrer dos três dias de luto nacional, às quais esta Assembleia Municipal agora se associa. -----

-----Cabe-nos agora a todos desempenhar com elevação o dever de manter viva a chama da sua memória e o seu legado, de luta incansável por um mundo melhor. -----

-----Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 15 de setembro de 2021, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Jorge Sampaio e transmite à sua esposa, filhos e demais familiares e amigos, as suas mais sentidas condolências e profunda solidariedade. -----

-----Dar conhecimento a:-----

-----Familiares, Presidência da República, Assembleia da República, Câmara Municipal de Sesimbra Juntas e Assembleias da freguesia do Concelho de Sesimbra, Partido Socialista, Comunicação social local e regional.”-----

-----Logo após, foi guardado um minuto de silêncio em sua memória. -----

*-----Teve início o **Período de Intervenção aos Cidadãos (PIAC)** e antes de ser cedida a palavra ao público, a **Presidente da AMS** informou que, tal como era do conhecimento dos Deputados, tinha sido remetida uma carta, pela Associação Bianca, à Assembleia Municipal na qual era solicitada uma intervenção e onde constava um conjunto de documentos e também de apontamentos sobre os quais entendera colocar ao nível desta Assembleia por se tratar de uma matéria que a AMS havia tomado conhecimento através deste documento, tendo sido fundamental que os Deputados tivessem tomado um conhecimento prévio, bem como o seu envio ao Senhor Presidente da Câmara e ao Vereador deste Pelouro. -----*

*-----Foi cedida a palavra à **cidadã Ana Duarte, na qualidade de Dirigente da Associação Bianca**, que cumprimentou todos os presentes e disse que, conforme a carta enviada a este órgão, a presença da Associação Bianca nesta sessão tinha como objetivo manifestar a profunda indignação pelo modo como esta Instituição havia sido tratada em várias reuniões de Câmara, pelo Vereador José Polido, fazendo desacreditar o bom nome desta Instituição. Disse terem sido pedidas, por várias vezes, uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara sem que nunca tivessem sido atendidos. Referiu que esta indignação se justificava devido a diversas afirmações, em que o Vereador acusava a Bianca de não receber animais, de ter necessidade de fechar o canil municipal, e ter necessidade de procurar outras soluções, duvidava do número de animais que a Associação Bianca recolhia e do número das adoções que a associação Bianca fazia. A cidadã explicou que a Associação Bianca não podia ser responsabilizada pelo fecho do canil municipal, pois havia tido as mesmas dificuldades nos anos de 2018 e 2019, particularmente difíceis devido*

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

à alteração legislativa com a introdução da Lei que criminalizava os maus-tratos animais. Disse que os animais que esta Associação recolhia, eram todos chipados quando entravam, não havendo dúvidas do número de animais que eram recolhidos. Referiu que o Vereador afirmara ainda que a Presidente da Associação Bianca havia proibido os funcionários do canil municipal de entrarem nas suas instalações, à exceção da veterinária municipal, tendo faltado aqui à verdade, pois aquilo que a Senhora Presidente dissera numa reunião com a presença do Vereador, membros desta Associação e com a veterinária municipal era que a única pessoa com competência para inspecionar animais era apenas a veterinária municipal. Disse que o Vereador havia também questionado a veracidade do episódio que vitimara o colaborador da Associação Bianca, afirmando que se deveu a confusão e barulho dos animais, o que era extremamente grave e não correspondia à verdade, pois este lamentável episódio verificou-se por causa da atitude inapropriada da funcionária do canil municipal, aquando da entrega de 3 animais canídeos muito tímidos, que iriam ser recebidos numa zona de contenção no exterior, de onde não havia possibilidade de qualquer fuga. A funcionária exigiu entrar, não tendo sido permitido devido à situação pandémica que, perante esta recusa, tentou abrir o portão com o pé e não conseguindo, teve uma atitude nada ética e reprovável tendo imediatamente, e de forma brusca, atirado o canídeo para os braços do colaborador desta Associação, tendo-lhe mordido o rosto. Referiu que quem conhecia animais, sabia que esta atitude do animal seria previsível e, portanto, este ato não podia ter sido cometido. Houve depois outra tentativa da mesma funcionária do canil municipal em fazer o mesmo com o animal seguinte e outra colaboradora da Bianca, tratando-se de uma atitude reprovável que merecia, no seu entender, uma postura da Autarquia que nunca existira. Relativamente à Providência Cautelar, disse que o Vereador acusava a Associação Bianca de ter desrespeitado as ordens da veterinária municipal interpor uma providência cautelar, o que não era a verdade dos factos. Referiu que este processo tivera início em janeiro de 2020 quando, a pedido da veterinária municipal, a Associação Bianca recebeu um canídeo de grande porte com graves problemas de saúde e o tratou devidamente. Em junho de 2020, a autoridade veterinária municipal, neste caso, a funcionária municipal, afirmava em relatório, que a detentora do animal tinha falta de condições no seu alojamento, um elevado número de denúncias de bem-estar animal e que se aguardava instruções do Ministério Público. Disse que quando o Ministério Público notificara sobre o arquivamento do processo crime instaurado pela Autoridade Veterinária Municipal de Sesimbra por eventual abandono ou maus-tratos deste animal, por parte da sua detentora, o Ministério Público impôs condições para a devolução deste animal, que se encontravam em 2 despachos anexos à Carta que esta Instituição enviara à Assembleia Municipal, que a autoridade veterinária municipal, quer de Sesimbra, quer do Seixal, não apresentara em

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

como a senhora já tinha bem-estar animal. -----

-----Referiu que perante a exigência da autoridade veterinária municipal de Sesimbra em querer entregar este canídeo a uma detentora que, até fiscalização contrária, não tinha condições de bem-estar animal e tinha, segundo a própria autoridade, várias queixas de bem-estar, decidiu a Direção da Associação Bianca, no supremo interesse do animal, abrir um processo crime contra a detentora do mesmo, para que as autoridades averiguassem as condições de bem-estar dos animais desta senhora, que eram mais de 13, o que competia também às autoridades veterinárias municipais fazer. No Seu Despacho, o Ministério Público determinou a entrega do canídeo à tutora, caso a mesma, e apenas neste pressuposto, reunisse condições de bem-estar animal. Salientou que a detentora ainda não tinha condições de bem-estar e a autoridade veterinária de Sesimbra tinha conhecimento desse facto, tendo a Providência Cautelar sido necessária para evitar a entrega de um animal a uma pessoa que não reunia quaisquer condições, tendo isso sido salvaguardado pelo Procurador do Ministério Público e era de realçar que, nesta data, os restantes 13 animais desta senhora, moradora na Verdizela, tinham sido todos retirados da sua moradia em julho deste ano e agora estavam apreendidos no Canil Municipal do Seixal, à ordem do Ministério Público. Referiu que se este animal tivesse sido devolvido a esta Senhora, estaria também detido no Canil Municipal do Seixal e, ainda relativamente à providência cautelar, a cidadã Ana Duarte fez questão de esclarecer o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra que não se tratava de nenhum “desaguisado”, mas sim da vida do animal, conforme já havia sido explicado, e era também importante esclarecer quais os procedimentos nestes casos de crimes de maus-tratos a animais. Disse que quando o animal era entregue à Associação Bianca num processo judicial, quer fosse através do CROAC, entregue por um particular ou pela Bianca, o Ministério Público nomeava um fiel depositário ou não, e neste caso, nomearia a Associação Bianca que não se roga detentora do animal, como havia sido manifestado, pois o animal pertence simplesmente ao Estado, ao Ministério Público. Só depois, é que o Ministério Público decide o destino a dar ao animal e neste caso, o animal não pertencia nem à Associação Bianca, nem ao CROAC, nem ao Gabinete Veterinário Municipal. Disse ainda acreditar que o Presidente da CMS pudesse estar mal informado relativamente a esta situação e que, por outro lado, a Associação Bianca estava apenas a defender o supremo interesse do animal e seria isso que continuaria a fazer. -----

-----Disse também que o Vereador tinha referido que o início do incómodo da Bianca tinha-se dado aquando da imposição de algumas regras por parte do mesmo, nomeadamente o acesso ao Gabinete Veterinário Municipal e quando começou a pedir contas. Referiu que a Associação Bianca nunca quisera ter a chave do Gabinete Veterinário Municipal e que a chave tinha sido dada a uma voluntária, pela

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

veterinária municipal, para facilitar as esterilizações que ali eram efetuadas e que foram efetuadas ao longo de muitos anos e que ainda a Dr.ª Liliana não desempenhava funções, já o antigo veterinário municipal tinha dado a chave para facilitar as esterilizações que eram monetariamente suportadas pela Associação Bianca, e que se realizavam intervenções a animais errantes, animais com detentor, aos animais da Bianca e a animais do Canil Municipal, e a própria Autoridade Veterinária enviava uma lista de animais a incluir nessa esterilizações. Informou que esta chave continuava na mão da mesma voluntária, conhecida por todos, a Dr.ª Connie que fazia um excelente trabalho na recolha de gatos de rua e que assim deveria continuar, pois era uma pessoa completamente honesta e não havia motivos para não ter a chave. Disse que numa certa madrugada, esta voluntária havia chegado com as gatas capturadas em armadilha, o que era extremamente difícil e demorado, e que a chave não entrava na porta, sem que tivesse sido avisada, não podendo entrar e que este serviço tinha sido feito pela Associação Bianca durante 12 anos, em que esterilizara animais no Gabinete Veterinário Municipal e devia ser realçado nesta Assembleia Municipal que no CROAC, por inúmeras vezes e até bastante tarde, estavam apenas voluntários com a chave das instalações, sem a presença de qualquer funcionário da Autarquia, supondo que o Vereador não tivesse conhecimento desta situação, uma vez que o próprio afirmava que ninguém podia ter a chave, a não ser os funcionários.-----

-----Em relação às Contas que disseram ter incomodado a Bianca por lhe terem sido pedidas, disse que esta Associação sempre as apresentara no devido tempo aos seus associados, ao Governo Central, porque era uma instituição de utilidade pública e tinha que as apresentar, anualmente, à Presidência do Conselho de Ministros, à Autarquia, via e-mail ao Vereador José Polido, e afirmar que tinha havido um incómodo também era mentira, pois estas Contas estavam espelhadas no Relatório de Contas da Associação Bianca. Referiu que o incómodo a que o Vereador se referia não podia ser atribuído à Associação Bianca e tivera origem na mesma funcionária do canil municipal, no episódio triste e lamentável ocorrido. Salientou que no final de dezembro de 2019, tinham dado entrada na Bianca, cerca de 13 animais, alguns muito seniores e a funcionária do Canil deu a entender à veterinária municipal que não queria que algum destes animais seniores transitasse para a Bianca, mas acabaram por transitar, e esta Associação sempre tivera condições de recolher animais seniores e doentes, pelo que a veterinária municipal já tinha solicitado a entrada destes animais para a ala de seniores. Explicou que um destes animais era o Michael e que, sem que qualquer informação tivesse sido dada, trazia massas no tórax, sendo que alguns dias depois, mais precisamente no dia 3 de dezembro, o animal morreu, uma vez que os tumores que as metástases internas fizeram com que os órgãos internos entrassem em falência e devido à dificuldade respiratória, a veterinária da Associação

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

pôs fim ao sofrimento do animal, recorrendo à eutanásia. -----

-----Dada esta situação, a funcionária do Canil Municipal afirmou publicamente, inclusive dentro das instalações da Bianca, que a causa da morte deste animal tinha sido um choque térmico, ou seja, frio, tendo posto em causa o trabalho e dedicação desta Associação, assim como o relacionamento institucional e o dever deontológico da veterinária da Bianca, que estava presente neste abrigo durante 5 dias por semana. Disse que o Vereador acusava a Associação Bianca de não fazer contactos institucionais, de usar as redes sociais e de gerar o alarmismo relativamente à queda de árvores dentro das suas instalações associação Bianca e da queimada efetuada nas traseiras desta Associação, feita pela Câmara Municipal de Sesimbra, que, segundo o mesmo, se tratava apenas de verdes e sobrados, não correspondendo à verdade que a Bianca não tivesse feito contactos institucionais, quando telefonou e enviou um e-mail para a Proteção Civil. Foi ainda feita uma comunicação ao Vereador, numa reunião realizada em junho de 2020 ao qual o próprio respondeu que lhe fosse reencaminhado o mesmo e-mail para resolver a situação, sem que tivesse, alguma vez, sido dada uma resposta. A cidadã Ana Duarte confirmou que, aquando da queda da árvore que atingiu um dos seus voluntários, que teve de estar de baixa, foi pedida ajuda aos amigos da Associação para irem cortar as árvores, não sendo intenção criar alarmes. Relativamente à queimada, não se tratara apenas de verdes e sobrados, mas também de lixo tóxico e as dimensões do fogo tinham levado a pedir ajuda, também aos amigos no Facebook, para estarem preparados para acudir aos animais, pois as suas vidas estavam em perigo e poderia haver um desfecho semelhante ao de Santo Tirso, que ainda estava na memória de todos os presentes e nunca deixaria de estar. Referiu que estas queimadas não podiam acontecer, considerando o perigo e a toxicidade do ar nos dias seguintes, afetando animais e colaboradores, devido à queima de pneus de camião, filtros de camião, ferros, madeiras, borrachas, plásticos, havendo filmes e fotografias de tudo o que tinha sido feito. Acrescentou que a intervenção do Vereador José Polido relativamente à reportagem da SIC sobre a ida de animais para o estrangeiro, o qual rotulou de negócio, o levava a considerar que as transferências de animais do CROAC deviam ser suspensas, o que era lamentável e grave, pois desde 2004 que a Associação Bianca encontrava famílias para os seus animais no estrangeiro, nomeadamente no norte da Europa com todo o rigor, sendo do conhecimento público. Disse ainda que também a veterinária municipal, a Dr.ª Liliana, quer na qualidade de Autoridade Veterinária Municipal, quer na qualidade de Secretária da Assembleia Geral da Bianca, cargo que exerceu entre 2010 e 2020, tinha conhecimento e concordava com as adoções no estrangeiro, nunca se tendo oposto em nenhuma das reuniões em que participara, incluindo as reuniões da Autarquia e que, antes pelo contrário, concordava com as adoções. -----

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que há largos meses que não eram encaminhados, via CROAC, animais para a Associação Bianca, considerando-se que o trabalho desenvolvido pela Associação Bianca ao longo de 18 anos, substituindo a autarquia, justificava o apoio que lhes tinha sido dado. Informou que houve um aumento dos espaços, foram criados mais canis, foi feita uma melhoria das instalações, e ainda dado apoio a centenas de animais, ao ano, com todos os custos inerentes à assistência médica permanente, realizam-se esterilizações a animais com e sem tutor. São resgatados centenas de felinos, anualmente, e ainda dado apoio a colónias de animais doentes, pois todos os dias entravam gatos doentes, ou seja, havia uma obra feita à vista, transparente para quem quisesse ver e da qual a Associação Bianca se orgulhava e como tal, não admitia que esta Associação fosse posta em causa e publicamente difamada. Referiu que havia disponibilidade para o diálogo com vista ao bom relacionamento que, aliás, sempre existira, tendo sempre em conta o superior e único interesse que era o bem-estar dos animais, razão pela qual esta Associação existia continuaria a existir e para o qual o tempo de todos era raro e precioso. -----

-----Para terminar a sua intervenção, a cidadã referiu uma frase que um dia a Autoridade Veterinária Municipal escrevera acerca da Associação Bianca: *“Sesimbra é orgulhosamente uma zona animal friendly por causa da Bianca”*. -----

-----De seguida, foi cedida a palavra à **cidadã Sofia Martins**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção vinha na sequência daquilo que tinha vindo expor na passada reunião ordinária de março sobre a problemática da matilha de cães do Aterro e da Pedreira do Zambujal, existente desde 2016, mas os residentes tinham esperanças de que se estava perto da resolução. A cidadã disse que acompanhava esta matilha há cerca de 1 ano e que estes cães ainda não tinham sido todos capturados porque os alimentava, tal como o Vereador José Polido dissera, mas sim porque eram cães muito espertos e não entram nas armadilhas comuns de gaiola. Uma prova disso é que, desde a última conversa, haviam sido capturadas 2 cadelas adultas depois de muito trabalho de meses e de extrema dificuldade, e tinha de ser honesta e dizer a verdade, porque isto nunca teria acontecido sem a ajuda essencial da Associação Bianca, que tinham sido incansáveis e nunca desistiram de dar apoio nesta situação. Referiu que antes da reunião de março, tinham sido resgatados sete cachorros bebés do fosso do Aterro do Zambujal e meses mais tarde, depois de várias semanas de procura, foram encontrados mais quatro cachorros noutra toca, também no mesmo Aterro. Informou que as duas cadelas adultas estavam a ser socializadas e trabalhadas na Bianca e que os onze cachorros capturados tinham sido todos adotados através da Bianca e encontram-se hoje nas suas famílias. Para terminar a sua intervenção, disse que gostava de, numa próxima reunião, dizer que já não existiam cães no Aterro e na Pedreira do Zambujal e que, se calhar, a próxima conversa

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

fosse sobre a prevenção deste tipo de situações. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e reiterou grande parte daquilo que dissera na reunião onde esta questão tinha sido abordada. Disse ainda que tinha de se fazer uma grande distinção entre duas questões, pois havia uma questão que tinha a ver com a autonomia da própria Associação e que era da responsabilidade da respetiva Associação, havia outra autonomia da Autoridade Veterinária Municipal que, apesar de haver uma dependência funcional e hierárquica, não era o Presidente da Câmara nem o Vereador, em quem tinha sido delegada esta competência, que tinha responsabilidades da Autoridade Médica Veterinária, mas a veterinária municipal que, como era sabido, tinha metade do vencimento pago diretamente pela Direção-Geral de Veterinária, sendo ela que tinha essa responsabilidade, havendo depois uma relação entre o município de Sesimbra e a Associação Bianca nos termos e no contexto do Protocolo existente. Relativamente à questão das reuniões, disse ter percebido, pelo teor da carta enviada pela Associação Bianca, que a cidadã Ana Duarte tivera a oportunidade de ouvir aquilo que o próprio havia dito em relação à necessidade de agendamento de uma reunião para a Bianca, não no contexto dirimir estas questões, porque parte delas já tinha sido objeto de um conjunto de troca de reuniões, quer com a Autoridade Médica Veterinária, quer com o Vereador que tinha responsabilidade sobre este Pelouro, e não seria sobre esse tema, mas sobretudo na discussão de uma nova ferramenta e de um novo Protocolo que viesse por via daquilo que eram as responsabilidades que tinham que vir acometidas nesse mesmo Protocolo para dirimir estas questões no futuro e, portanto, não era viável que pudesse tomar-se partido de um funcionário da Bianca ou de um funcionário da Câmara, cujas versões eram completamente díspares e considerava que a funcionária em questão estava em apreço, e recordava-se que, quando era Presidente de Junta, a pessoa em questão era colaboradora da Bianca, deduzindo que a mesma tivesse alguma afetividade com a Associação Bianca, mas segundo os acontecimentos, havia percebido que não era verdade, e que esta matéria tratava-se de uma questão de versões, uma vez que as versões recebidas da Autoridade Veterinária Municipal eram díspares das informações que a Bianca havia elencado nesta mesma Carta, na qual era feita uma acusação. Referiu que era o responsável pela Câmara Municipal de Sesimbra e que tinha uma Autoridade Médica Veterinária e que o município de Sesimbra, fosse o seu Presidente ou quem pelo próprio era delegado, mas particularmente o Presidente, que era quem tinha essa responsabilidade, tinha que a assumir por ser o Presidente da Câmara pelo exercício destas funções, sendo necessário ouvir a Autoridade Médica Veterinária e que, relativamente à questão da detenção do referido animal, havia um Parecer solicitado pela Autoridade Médica Veterinária à Divisão de Assuntos Jurídicos do município, no qual é referido que é

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ilegal reter o animal e importava salientar que este Parecer não tinha sido solicitado pelo Vereador nem pelo Presidente da Câmara.

-----O Presidente da CMS reconheceu que, provavelmente, a Associação tinha razão e que a pessoa não teria condições, tendo a particularidade de ser noutra concelho, em que se tratara de um cão recolhido no Concelho de Sesimbra, mas que era pertencente ao Concelho do Seixal. Contudo, outra coisa era o que vinha na Lei e por muito que houvesse um espírito humano de proteção e valorização animal, havia questões que não podiam ser ultrapassadas por uma Lei criada por nós próprios ou fazer justiça por mãos próprias. Disse ainda que a Autoridade Médica Veterinária tinha ficado muito melindrada com esta situação, porque quem teria de responder seria a própria, e não o Presidente da Câmara.

-----Sobre a questão do corte das árvores, disse ter tido a oportunidade, na altura, de perceber o que se estava a passar, tendo contactado a Proteção Civil, e que tinha havido um pedido, posteriormente encaminhado pela Divisão de Ambiente Urbano para a Proteção Civil, em setembro de 2020, com a programação deste corte para dezembro de 2020, tendo havido aqui uma *décalage* de 3 meses entre o corte da árvore e a questão do pedido efetivo que, infelizmente, não era caso único, porque muitas vezes, não se conseguia dar resposta imediata àquilo que eram as questões colocadas. Acrescentou que o Gabinete Municipal de Proteção Civil havia até prestado informação, na altura, de que haveria outras árvores no interior do recinto da Associação Bianca, e que tinha sido pedido para serem aparadas ou cortadas e que à época, em 2015, 2016, o que não acontecera porque entretanto se tinha construído as boxes e a Proteção Civil dissera que teriam de ser recortadas antes da construção das mesmas e que tal tinha sido também por análise da própria Bianca.

-----Quanto à questão do Aterro e da captura dos animais disse que, independentemente de poder existir alguma quezília, havia questões que tinham de ser muito bem consertadas e bem estabilizadas e que era, por um lado, a relação entre o Município de Sesimbra e a Associação Bianca, que tinha de ser transparente, claro, objetiva e pragmática, não podendo ser subjetiva, e o cumprimento do ponto de vista daquilo que era a Legislação em vigor e que entroncava a na Autoridade Médica Veterinária que, como já havia sido referido, tinha autonomia funcional que não dependia, em determinadas matérias, da responsabilidade da Câmara Municipal nem do seu Presidente, e a recolha e captura dos animais era uma delas, a não ser que alguém os abandonasse junto às instalações da Bianca. Esta recolha era da responsabilidade do município, e não da médica veterinária. Referiu que no seguimento da apresentação da cidadã na reunião de Câmara, tinha havido a oportunidade de se avaliar esta questão com a médica veterinária municipal, tendo-se reconhecido que tinha havido uma grande falha de coordenação entre

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

voluntários, que se reconhecia que também tinham este objetivo da valorização animal, entre a Associação Bianca e entre a Autoridade Médica Veterinária, que tinha a responsabilidade de, inclusivamente, determinar qual o método da forma e o destino daquilo que eram os animais recolhidos. Disse que era competência exclusiva do município de Sesimbra, dentro do seu território, desde 2017, apesar de ter sido revogada em 2019, até por muito por pressão da Ordem dos Médicos Veterinários, o Decreto-Lei da Descentralização da Proteção Animal estava, neste momento, em discussão e devia estar para publicação porque já estava consertado. Disse ainda que a CMS havia tido uma participação muito ativa em Sede de Audição à Associação Nacional de Municípios sobre este Diploma que regulava as responsabilidades da Câmara Municipal, do Presidente da Câmara e da Autoridade Médica Veterinária. Entretanto, já no decorrer de 2021, o enquadramento para este Diploma, que era a passagem de competências para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e, conhecendo o Diploma como estava a ser redigido, faria todo sentido que o todo o Protocolo e a relação entre o município, a Autoridade Médica Veterinária e a Bianca tinha de ser regulada à luz da Legislação e do ponto de vista financeiro, tinha que ter uma relação causa/efeito porque havia aqui uma questão que tinha de ser salvaguardada e que era uma questão de total transparência entre as duas partes, que salvaguardava também os Órgãos Sociais da Associação Bianca.

-----Disse ainda que a Câmara recebia centenas de queixas e denúncias da Bianca e percebia que, num quadro em que estas questões se avolumavam, a Câmara não era uma autoridade judicial e não tinha de fazer nenhuma avaliação, nenhuma inspeção, nem nenhuma investigação e percebia que, não havendo uma estrutura de um Protocolo que fosse claro, onde existissem atribuições claras, modos de atuação conjunta e o cumprimento daquilo que era a Legislação, a Câmara Municipal não se podia sobrepor à Lei. A proteção ambiental dentro do Aterro era um exemplo disso, e tinha sido muitas vezes discutida nesta Assembleia Municipal, na Câmara Municipal e até entre cidadãos. Por muito que às vezes apetecesse e sendo até justo, a CMS não podia exercer certas nem delegar funções que não estivessem previstas na Lei. Disse que o Protocolo teria de ser enquadrado à luz da Legislação e que a Autoridade Médica Veterinária estava para Sesimbra, na área da proteção animal, tal como estava a DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças) para o Governo. Referiu que, por vezes, podia faltar comunicação, havendo exaltações de um lado e de outro, o que era perfeitamente legítimo e que a médica veterinária afirmava que tinha sido dito, na referida reunião, que só ela podia lá entrar e se ficasse claro, no Protocolo, que a médica veterinária ou alguém indicado e com uma certidão emitida pela própria, as partes perceberiam claramente como é que se podia entrar e como é que se podiam relacionar, para que todas as partes fiquem salvaguardadas sobre

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquilo que são as suas atribuições, responsabilidades e sobre, obviamente, o apoio financeiro, que tinha de estar associado ao cumprimento dessas responsabilidades e ao apoio às atividades.

-----O Presidente disse reconhecer e acompanhar aquilo que tinha sido a última expressão da veterinária municipal, citada pela Sr.^a Ana Duarte e que a Associação Bianca dava um contributo fantástico do ponto de vista da proteção animal para o Concelho de Sesimbra e não tinha dúvidas de que seria muito pior se esta Associação não existisse. -----

-----Foi cedida, de novo, a palavra à **cidadã Ana Duarte** que disse que, dentro da Lei, sempre competira à Câmara Municipal fazer a recolha de animais na via pública e não era uma novidade de agora. No entanto, foi a Bianca que ao longo de 18 anos fez esta recolha por lhe ser pedido para recolher estes animais na via pública e que a Autoridade Veterinária, a Câmara Municipal até o próprio Presidente da Câmara encontrara uma cadela na rua, vindo entregá-la à Associação, e não no Canil Municipal. Relativamente aos gatos, era importante referir que a Bianca não podia recolher cães na via pública nem o queria fazer e se a Autarquia o quisesse fazer, tudo bem, mas podia recolher todos os gatos da via pública onde entravam diariamente, porque o canil municipal não tinha gatil que nos telefonemas recebidos, era dito às pessoas para contactar a Bianca, havendo aqui uma discrepância de comportamentos. -----

-----Quanto à Providência Cautelar, disse que não era ilegal manter aquele animal porque havia um Despacho do Senhor Procurador a dizer que aquele animal seria devolvido caso a dona tivesse condições de licenciamento, de bem-estar e de chip, e a Senhora não tinha estas condições, portanto, a permanência do animal no abrigo ainda se mantinha e estava oficializada e legalizada por este Despacho. Disse que uma coisa era ter-se um animal e não haver um Despacho, situação em que não se podia reter o animal, outra coisa era um Procurador dizer para se entregar o animal, mas caso não houvesse condições por parte do dono, o mesmo não seria entregue, como seria de calcular. Referiu ainda que a CMS recebia muitas queixas e denúncias da Bianca, mas a Associação também recebia inúmeras queixas da Câmara Municipal e não o ia dizer à Câmara Municipal e explicou que as pessoas se queixavam do tudo e mais alguma coisa: porque a Bianca recebia, porque a Bianca não recebia, e que ainda hoje, um veterinário de Sesimbra dissera para entregar um gato à Bianca, que tinha sido hoje amputado, porque a Bianca recebia subsídios públicos para tratar estes casos. Tratava-se de é uma proteção caríssima e a Associação recebia inúmeras queixas da Câmara Municipal, e se calhar, estava-se a debater a mesma questão. -----

-----Quanto ao Protocolo, entendia que precisava de ser revisto há muitos anos, e que todos os anos, a Bianca solicitava uma reunião com o Vereador para alterar o mesmo, e nunca foi obtida uma resposta, significando que não era do lado da Associação Bianca que estava esta falta. Disse que este Protocolo

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

funcionara muito bem durante 18 anos, só que, de repente, devido à morte do cãozinho nas instalações da Bianca, deixara de funcionar. Portanto, não lhe parecia que fosse uma questão do Protocolo e afirmou não existirem desentendimentos pessoais, mas uma funcionária que gerara algum desentendimento e atrito entre a Câmara Municipal e a Associação Bianca e que o Presidente da CMS já poderia, no seu entender, ter reunido e ter chamado a Bianca para saber o sucedido, independentemente do Protocolo, porque esta funcionária havia criado graves danos morais à Associação, pois estava-se a falar de Instituições, e este ponto já deveria ter sido esclarecido, o que, por ainda não ter acontecido, fazia com que a Associação Bianca se sentisse ofendida com toda esta situação. -----

-----Interveio novamente, o **Presidente da CMS** que disse que as afirmações da cidadã Ana Duarte só reiteravam aquilo que havia dito, em que a alteração ao Protocolo não era uma alteração à parte financeira do próprio Protocolo, mas uma alteração de responsabilidades efetivas sobre aquilo que eram as matérias que a Associação Bianca teria que executar e as matérias que o município teria que exigir como escrutínio, com a *nuance* de que se estava perante uma alteração legislativa e que traria responsabilidades acrescidas para o município de Sesimbra. Para o Presidente da Câmara, para a Autoridade Veterinária Municipal, e não se podia escamotear aquilo que a Sr.^a Ana Duarte havia referido de não ter condições relativamente à questão daquele animal e que não queria discutir isso porque não era jurista. Disse que, provavelmente, esta cidadã teria mais conhecimento de jurisprudência do que o próprio e era certo que a Divisão de Assuntos Jurídicos, perante a situação, enviara um Parecer Jurídico para a médica veterinária municipal no qual referia que não se poderia reter o animal, mas também lhe parecia que não era da competência da Bianca, ou de qualquer outra pessoa singular, avaliar se a pessoa tinha condições, e essa era uma competência da Autoridade Médica Veterinária, e neste caso, era do Seixal e não do município de Sesimbra. Disse ainda que, se não lhe falhava a memória, o Parecer Jurídico dizia, inclusivamente, até contrariando um bocadinho aquilo que estava escrito na Carta, que a detenção não estava à ordem do Processo, mas sim à ordem da Autoridade Veterinária Municipal e nem sequer era a ordem do Tribunal, sendo exigível que fosse entregue, mas esta questão estava ultrapassada porque entretanto, a Bianca pusera uma Providência Cautelar no âmbito da salvaguarda da proteção animal, tendo o Processo decorrido o seu curso.--O Presidente disse à cidadã que a CMS não tinha de fazer uma ponderação, nem uma apreciação, quando da Bianca se dizia uma coisa e da Autoridade Médica Veterinária ou do Gabinete Médico Veterinário no seu todo, que tinha um conjunto de funcionários, dava a indicação do seu contrário, ou pelo menos, que não conferia com aquilo que era aqui afirmado e não podia ser exigido, nem ao Presidente da Câmara, nem ao Vereador que fizessem um juízo de valor, nem que tomassem partido de uma coisa ou de

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

outra e, não havia forma nenhuma, a não ser que se tivesse um Protocolo bem estipulado que identificasse um conjunto de animais, quer no Aterro ou noutro sítio qualquer, e teria que estar tramitado nesse Protocolo, quais os mecanismos que tinha a Bianca ou alguma outra pessoa singular que, eventualmente, desse essa indicação à Associação Bianca, da comunicação com a Autoridade Médica Veterinária para determinar qual o modo e a forma de recolha desses mesmos animais, da mesma forma que tinha também de ficar determinado, se houvesse uma necessidade de verificação da situação dos animais, como é que funcionaria, se seria apenas a médica veterinária ou se esta podia delegar num outro colaborador do Gabinete Médico Veterinário com uma declaração ou certidão, e com esta regulação, as questões estavam dirimidas.-----

-----Informou ainda que não era Presidente da Câmara aquando do contacto com a Associação Bianca, referido pela Sr.^a Ana Duarte, e muito menos tinha conhecimento da Legislação e que, felizmente, hoje já tinha alguma por exercício das suas funções. Acrescentou que se ficasse tudo esclarecido entre as partes, ninguém teria dúvidas. Quanto às queixas da Câmara Municipal, disse terem sido recebidas queixas e denúncias da Bianca, que também nunca foram transmitidas à Associação, nem a mais ninguém, porque a CMS não era nenhuma entidade de investigação, a não ser que fosse algo bastante grave e houvesse algumas evidências que a Câmara tivesse de transmitir às Entidades que tinham essa responsabilidade de investigação. Referiu que as questões tinham de ser feitas de acordo com a Lei, salvaguardando a transparência entre as duas partes, ficando todos a ganhar, em que município e o território do Concelho de Sesimbra ficaria com uma ferramenta muito mais clara e muito mais precisa sobre as responsabilidades de cada um nesta matéria. -----

-----A **Presidente da AMS** agradeceu a presença e participação do público e disse ser fundamental que as cidadãs e os cidadãos participassem ativamente e que apesar de se ter o privilégio de estar em direto com muitas pessoas que podiam acompanhar as Sessões, era sempre um motivo de satisfação, sentir que as pessoas vinham até à Assembleia Municipal e ter a noção que aqui também podiam assistir, independentemente de poderem participar. -----

-----Em seguida, dando início ao PAOD com o 1º ponto da ordem de trabalhos: “Apreciação da Atividade Municipal”, a Presidente disse ser um ponto que envolvia questões de vária ordem, colocadas ao Presidente da Câmara e aos Vereadores, se assim o Presidente o entendesse, com a intenção do exercício que competia à Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Vítor Antunes**, que cumprimentou todos os presentes e disse que todos sabiam qual a diferença entre a Loja do Cidadão e o Espaço Cidadão, tal como tinha sido inscrito

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

nas Transferências de Competências, sendo, aliás, uma das poucas que era transferida do Governo para as Freguesias. Referiu que, sendo esta uma matéria que lhe era querida e podendo referir, desde 2005, um conjunto muito vasto de diligências, e recordando-se de uma reunião em 2008, com o então Missionário, Eduardo Feio, que tinha visitado a Quinta do Conde, disse que tinham ficado várias promessas, mas nada se concretizara. Por se tratar de uma matéria que estava inscrita no Programa Eleitoral da força política vencedora das últimas eleições Autárquicas, com a criação da Loja do Cidadão na Quinta do Conde e como tinha conhecimento de que estavam abertas as Candidaturas para apoios através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), desde o início deste mês até quase ao final do próximo mês, perguntou se a Câmara tinha intenção ou, por ventura, já se tinha candidatado a estes apoios para a sua criação. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues**, que fez a seguinte intervenção:-----

-----*“Como sabem, já o referi em anterior Assembleia, decidi terminar aqui este meu ciclo de 8 anos nesta assembleia como deputado municipal. Por isso, contrariamente ao que é minha prática, em que normalmente cumprimento a Senhora Presidente e torno extensivo esse cumprimento a todos os presentes, hoje cumpro todo o formalismo, já que se trata de um cumprimento e simultaneamente de uma despedida.*

-----*Boa noite, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Odete Graça, Primeiro-secretário, João Narciso, Segunda-secretária, Conceição Gonçalves, Senhor Presidente da Câmara, Francisco Jesus, Senhora Vice-presidente, Felícia Costa, Senhores Vereadores Francisco Luís, Américo Gegaloto, Carlos Silva, Sérgio Marcelino e José Polido e meus colegas Deputados municipais, Senhoras do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal Laura Farinha, Anabela Sebastião e Cindy Silva, aos membros do corpo técnico presente neste anfiteatro, ao público presente, bem como a quem nos acompanha on-line.* -----

-----*Terminados os cumprimentos, os dois representantes do MSU, por ter começado a campanha eleitoral ontem e já anteriormente ter havido debates entre os candidatos à Câmara Municipal, entenderam não intervir neste ponto, deixando as perguntas para esses candidatos, no âmbito da campanha, em que o atual Presidente também é candidato.* -----

-----*Não queremos nesta fase, interferir com a campanha eleitoral, até porque não pertencemos a nenhuma lista de candidatos. Dito isto, quero referir que estou muito orgulhoso e satisfeito por ter estado estes 8 anos nesta Assembleia Municipal.* -----

-----*Independentemente do juízo de valor que cada um faça desta minha presença, quero dizer-vos que este orgulho e satisfação resulta da convicção de que cumpro aquilo a que me propus, que foi basicamente o seguinte:* -----

-----*1ª) pensar sempre naqueles, como eu, que ao votarem esperam que quem se candidata e é eleito*

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

com o seu voto está disposto a dar tudo nesta assembleia em prol do Concelho de Sesimbra, dos seus cidadãos e cidadãs. -----

-----2º) nunca esquecer que o voto nesta assembleia é um ato de responsabilidade. -----

-----Como disse, tenho a plena convicção de que cumpri estes dois requisitos, que foram por mim impostos. Agora, um obrigado aos meus colegas Deputados por ter tido com todos, sem exceção, uma relação de respeito e consideração mútuos. -----

-----Permitam-me fazer mais duas ou três referências. Tratando-se dos representantes máximos da autarquia, são naturalmente os nossos interlocutores privilegiados. -----

-----E aqui, uma referência especial ao falecido Presidente Augusto Pólvora, pela deferência e respeito com que sempre me tratou. -----

-----O mesmo em relação ao atual Presidente Francisco Jesus, em que mantivemos uma relação de respeito e consideração mútuos. -----

-----Estas referências são extensíveis a todos os vereadores. -----

-----Permitam-me uma palavra especial para a Senhora Presidente Odete Graça. -----

-----Apesar de toda a minha experiência pessoal e profissional anterior, cheguei aqui, na tomada de posse, há 8 anos, como um aluno no seu primeiro dia de aulas. Soube acolher e integrar. Obrigado Senhora Presidente. -----

-----Por fim, uma palavra para o meu companheiro de jornada Miguel Ribeiro que ao convidar-me para fazer parte do projeto do MSU, criado por iniciativa do Carlos Sargedas, permitiu-me esta experiência. Também para ele o meu muito obrigado.” -----

*-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que, tendo em conta que esta era a última reunião deste Mandato da Assembleia Municipal, e que se deveria depositar grandes esperanças naquilo que iria acontecer no próximo, com outra composição política, o Bloco de Esquerda não iria apresentar quaisquer perguntas ou dúvidas ao Executivo Municipal.-----*

*-----Interveio o **Deputado Rui João Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e perguntou o ponto de situação do processo da Escola Navegador Rodrigues Soromenho.-----*

*-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faiais** que, em nome o Partido Socialista, corroborou esta vontade do conjunto dos Grupos Municipais, de não contribuir para que a sessão de hoje não tivesse qualquer impacto naquilo que era o momento eleitoral que se estava a viver, e nesse sentido, havia sido opção da bancada do PS, não colocar qualquer dúvida ou questão sobre a Atividade Municipal, sendo que, existindo algumas dúvidas, que as tinham, as fariam chegar por escrito para o devido esclarecimento por*

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

parte do município.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e disse que os Líderes de bancada haviam feito esse acordo, que iria ser respeitado por se estar, neste momento, em período eleitoral.-----

-----A **Presidente da AMS** saudou este espírito de trabalho e coesão, no que dizia respeito ao momento e também à intenção da Comissão de Líderes.-----

-----Interveio o **Presidente da CMS**, que disse que o processo da Escola Navegador Rodrigues Soromenho iria ser presente à reunião de Câmara na próxima quarta-feira para adjudicação para terminar a primeira fase, no valor de 3.475.000,00€, e que apesar de não ter consigo a proposta, e de acordo com o Relatório de Avaliação das Propostas, tinham concorrido duas empresas com valores muito próximos, em que o preço base era de 3,5 milhões de euros e que a empresa vencedora, era a ABB, que estava a fazer o novo Centro de Saúde. Disse que se tudo corresse bem, haveria um período de cerca de 2/3 meses em Tribunal de Contas, porque agora, para além de ter de visar este contrato, ainda iria, garantidamente, apreciar a resolução do contrato com o anterior empreiteiro, e que o valor para terminar a obra era superior ao valor da adjudicação da primeira empreitada, de 2,8 milhões de euros e, sendo um razoável otimista, muito dificilmente teria início antes de janeiro ou fevereiro do próximo ano. Quanto à questão sobre a Loja do Cidadão e do Espaço PRR, disse que todos conheciam a diferença entre Loja do Cidadão e Espaço Cidadão e que a CMS tinha tido conhecimento, cerca de 1 mês antes de ser pública abertura dos Avisos do PRR para reabilitação de edifícios e aquisição de equipamentos para instalação de Lojas do Cidadão, por via da Área Metropolitana de Lisboa (AML), tendo tramitado um conjunto de informações e troca de informações com a Agência de Modernização Administrativa, pois a Candidatura só podia ser efetuada se houvesse dois dos três Serviços Nucleares interessados em abrir a Loja do Cidadão, que tinha também, de acordo com a atual Legislação, para além dos Serviços Nucleares e outros que quisessem participar, ter que ter um Espaço do Cidadão no seu interior e que estes dois Serviços Nucleares obrigatórios eram escolhidos entre a Segurança Social, Autoridade Tributária e Instituto de Registos e Notariado, e que a Autarquia havia assinalado as Candidaturas, assim como a Agência de Modernização Administrativa também já havia enviado, para as três Entidades, que duas delas teriam de se disponibilizar para poder validar-se a respetiva Candidatura, tendo a Autarquia já indicado o espaço, com a possibilidade de ampliação, no valor de 900.000€ de máximo de comparticipação e, neste momento, a CMS estava a aguardar a resposta da Agência de Modernização Administrativa e que a informação que tinha desta Entidade era que, no final de 2022, iria abrir uma nova fase de Candidaturas e que, no final do 2º semestre

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de 2022, haveria uma 3ª fase de Candidatura e muito dificilmente, o município de Sesimbra teria condições de “ir a jogo” nesta fase até 31 de outubro. No entanto, se estivessem reunidas as condições, avançar-se-ia, sendo que teria de haver um Projeto de Execução, que já tinha sido iniciado, e que havia um estudo sobre esta matéria na Unidade de Projetos da Câmara desde 2005. O Presidente informou ainda que tinha sido colocada como condição, que o município não aceitaria negociar com nenhuma dessas Entidades, um encerramento dos Serviços na Vila de Sesimbra deslocalizando-os para a Quinta do Conde.-----

-----Apesar do Deputado José Guerra não ter colocado nenhuma questão, o Presidente da CMS disse ter sido enviado, por parte do Deputado, um *email* para a Assembleia Municipal, não sabendo se teria sido dado conhecimento do mesmo aos Deputados Municipais, no qual exigia um pedido de desculpas por parte do próprio em relação às suas declarações sobre a questão referente à Vinha de Sesimbra e do espaço de equipamento E27/E21, tendo este reconhecido que teria de pedir meia desculpa porque havia, de facto, um espaço E21 e E27 e que o espaço da Ruralidade estava no espaço E27 e não no espaço E21 e que a confusão feita tinha a ver com o loteamento que se dera essa parcela de terreno ao município e do qual o Alvará de loteamento resultava que o espaço aceder seria para um parque verde a englobar no Espaço E27 que tinha um Programa funcional definido no Plano Diretor Municipal (PDM) e onde se incluíam os estabelecimentos de ensino (Escola Secundária, Pavilhão Desportivo) e previa, em todo esse equipamento, a construção de uma bancada, um estádio e uma pista de atletismo. Referiu que a sua meia desculpa se devia não ter sido claro e não podia apresentar a desculpa toda, senão o BE, e o Deputado José Guerra, que era quem assinara o *email*, colocava que a Câmara estaria a violar o PDM, esquecendo-se que tinha havido, em 2004, entre outros *items*, uma alteração por declaração ao Programa do espaço E27 que permitia o uso para outro tipo de equipamentos complementares ou compatíveis. Disse ainda que essa alteração não era indissociável da cedência do terreno do Tribunal, porque também não estava previsto no Programa Funcional e que na altura, a análise feita pelos Serviços, quer da instalação do Parque da Ruralidade, onde se incluía a Vinha e as Hortas Solidárias, associando aquilo que tinha sido a cedência do loteamento, posterior ao PDM, com a alteração do Executivo, e que era perfeitamente compatível com o uso do espaço do equipamento e o Bloco de Esquerda só se teria esquecido que tinha havido esta alteração em 2004. -----

-----Ainda relativamente à despedida do Deputado João Rodrigues, disse que, garantidamente, não se iriam encontrar noutras ocasiões em termos institucionais e agradeceu a todos aqueles, que hoje faziam as suas últimas funções nesta Assembleia Municipal, bem como no Executivo e Juntas de Freguesia, neste Mandato de 2017/2021, com uma particularidade difícil, apesar das divergências e discussões mais ou



Assembleia Municipal de Sesimbra

menos acesas, e que fazia questão de o dizer a colegas das mais variadas forças políticas e de outros Concelhos, que independentemente dessas diferenças, havia um grande sentido de responsabilidade e uma elevação no debate, que muitas vezes não se via noutros municípios, noutros Concelhos e noutros Órgãos Institucionais e que isso se refletia pela elevação, capacidade e sentido de responsabilidade dos Eleitos dos Órgãos Municipais de Sesimbra, e esta valorização tinha de ser dada a todos aqueles que, garantidamente, iriam continuar, àqueles que “nos “ iriam deixar e um repto, também, para todos aqueles que iriam entrar. -----

-----Prosseguindo os trabalhos, teve início o ponto seguinte, referente à “Instalação e exploração de ponto de carregamento rápido de baterias de veículos elétricos pedido de atribuição de licença de utilização privativa do domínio público – ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida”.-----

-----A **Presidente da AMS** disse que esta matéria tinha sido remetida à Assembleia Municipal e endereçada à Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, da qual era coordenador o Deputado Lobo da Silva, e que se tinha realizado uma reunião com a presença do Vereador Sérgio Marcelino, tendo sido dada a palavra ao Coordenador para que fizesse o ponto de situação desta reunião.

-----O Deputado Lobo da Silva disse que esta Comissão tinha reunido no passado dia 9 de setembro para fazer uma avaliação e uma auscultação ao Vereador a Sérgio Marcelino sobre este assunto. Disse que não era mais do que uma autorização de cedência de um espaço para a instalação de um posto de energia. Referiu que por aquilo que tinha sido visto e dito por todos os Deputados na reunião, todos tinham ficado esclarecidos, sem que tivessem manifestado a sua intenção de voto, exceto o próprio e que, neste momento, havia condições para proceder à votação.-----

-----Em seguida, tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano**, que cumprimentou todos os presentes e disse que no final da reunião da Comissão realizada no passado dia 9 de setembro, os Deputados haviam sido questionados relativamente à sua intenção de voto e que, enquanto único elemento do PS, comunicara que não poderia assumir o sentido de voto pela bancada, mas queria falar com os seus colegas da bancada, em particular com o Líder da bancada. Informou a sua bancada das questões que tinham sido levantadas e os esclarecimentos dados, tendo depois surgido várias questões, sobre as quais o próprio tivera alguma dúvida em explicar, ou porque se sentira mal-esclarecido, tendo reconhecido isso só *à posteriori*, ou porque algumas das intervenções feitas na reunião da Comissão não teriam sido cabalmente explicadas, ou pelo menos não tinham ficado totalmente esclarecidas por todos. Referiu-se a uma intervenção do Deputado João Rodrigues, que a certa altura, mencionou a questão das taxas que seriam pagas pela Entidade que tivesse esta concessão deste espaço de domínio público o que

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

parecia um pormenor, porque no documento era referido que a concessão era dada mediante o pagamento das respetivas taxas, mas na intervenção feita pelo Deputado João Rodrigues não se ficara a saber de que taxas se tratavam porque, segundo o esclarecimento dado pelo Vereador, esse Regulamento carecia ser feito. Se à partida, pudesse parecer um pequeno pormenor e na altura, a explicação até parecia convincente de que os serviços jurídicos do município também tinham achado que era a melhor forma de pôr no documento, *à posteriori*, nas conversas mantidas no seio do grupo municipal, esta questão tinha deixado os eleitos do PS um pouco apreensivos porque havia situações que, se podiam colocar. Imaginando que, num futuro próximo, e que assim fosse, este Regulamento era estabelecido e, por absurdo, era definido o pagamento de 1 milhão de euros por metro quadrado. Tinha noção de que estava a exagerar, mas obviamente, que a Entidade que ganhasse a concessão, não estaria interessada nisso, razão pela qual a bancada do PS tivesse ficado apreensiva. Após a realização da reunião da Comissão houve contactos com o próprio Vereador, que manteve a sua posição e o seu esclarecimento, mas o Grupo Municipal do PS não queria deixar de manifestar, nesta Assembleia, que se tratava de uma questão mal definida e que, como recomendação e também expresso na própria reunião de Comissão, o próprio Coordenador frisara bem esse esse ponto e este Regulamento tinha que existir muito rapidamente porque não se podia permitir que esta concessão fosse dada com o Concurso para a operação do carregamento elétrico naquele sítio, seja operacionalizado sem haver este esclarecimento. -----

-----O Deputado disse que outra questão que também tinha suscitado dúvidas, tinha sido a questão dos dois lugares associados a este ponto de carregamento, pois segundo a explicação dada, manter-se-iam no domínio público e não faziam parte do espaço a concessionar, o que levantara a outra questão que era o que se faria se aparecesse outra Entidade que quisesse concessionar o estacionamento naquele local e se estes dois lugares entravam nesse processo de concessão, ou não. -----

-----Para terminar a sua intervenção, o Deputado Paulo Caetano disse que não tinha conseguido explicar aos colegas do Grupo Municipal do PS, e que tinha a ver com a decisão do lugar no Parque Augusto Pólvora e não noutra, se tinha sido um pedido da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) ou se tinha sido uma decisão do município, e se não faria sentido um posto de carregamento destes numa zona urbana. Disse não estar a falar, por exemplo, da Vila de Sesimbra, mas da Quinta do Conde.-----

-----Interveio o **Deputado João Rodrigues**, que disse que era no âmbito das reuniões de Comissão que se devia colocar questões e tirar a maioria das dúvidas, embora pudessem surgir dúvidas posteriores, e para que se reduzisse tempo na Assembleia, onde se tomavam as posições. Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, disse que o MSU entendia que esta licença de utilização privativa do domínio público

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

para a instalação e exploração de pontos de carregamento era essencial para o Concelho de Sesimbra e não era isso que estava em causa. Referiu que a questão levantada, e não estando a pedir esclarecimentos adicionais, era de que as respetivas taxas não estavam ainda definidas, e aquilo que o Deputado defendera, no âmbito da reunião da Comissão, era de que, ao votar esta licença de utilização, estas mesmas taxas deveriam já estar pré-definidas.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Valente**, que cumprimentou todos os presentes e perguntou se aquilo que se estava a aprovar nesta noite dizia respeito ao Regulamento, que ainda não existia, ou se dizia respeito a um espaço que iria ser cedido para a utilização do carregamento rápido. Salientou que esta última questão tinha sido esclarecida pelo Vereador e destacou ainda o trabalho feito pelo Coordenador e o Relatório que aqui trouxera. Disse que as informações que trouxera da Comissão e o que estava em causa, era o metro quadrado para um posto de carregamento rápido e que seria a empresa ainda a explorar durante 12 anos. Neste momento, a questão que estava aqui a ser colocada perante as outras bancadas era as taxas e do seu ponto de vista, parecia-lhe que se estava a avançar um pouco em relação àquilo que estaria aqui em aprovação.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias**, que para esclarecer a intervenção do Deputado João Valente, fez questão de deixar claro, e reforçando a ideia que o colega de bancada do PS, Paulo Caetano já colocara, era que o Grupo Municipal do PS achava muito importante que se desse este passo e devia-se até mostrar algum agradecimento à ENA por querer dar este passo e ter promovido aquilo que tinha sido uma Candidatura que permitisse, com Fundos Europeus, conseguir implementar e dar este novo desenvolvimento naquilo que era a mobilidade elétrica. Era sabido que o compromisso com a sustentabilidade só se fazia descarbonizando os transportes e este era um primeiro passo no Concelho de Sesimbra. O Deputado lembrou que tinha sido o PS, na Câmara Municipal, que fizera uma proposta para que passassem a existir um conjunto de regras naquilo que era o licenciamento das habitações, no sentido de incluir capacidade para carregamento das viaturas e, neste momento, a escolha do local era uma zona mais ou menos rural, ou não muito urbana, onde existia capacidade de armazenamento, em que a tipologia das casas ali existentes tinham capacidade para poder carregar naquele local e por isso, reiterava a questão, de porquê nesse local e se não faria mais sentido numa zona mais urbana onde as pessoas não tinham vivendas e viviam em apartamentos e não tinham um local para poder pôr a sua viatura a carregar dentro da garagem, ou dentro do seu quintal, tratando-se de uma questão pertinente.-----

-----Referiu que o que estava aqui em volta e o que desencadeara este conjunto de questões tinha a ver com os formalismos, e tinha a ver com o formalismo da atribuição de um espaço público para utilização

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

privativa, e podia ser um metro cúbico, ou até 50, mas existia um conjunto de regras a que obedecia à atribuição de concessão para utilização privada, porque não era uma empresa, mas uma Associação de direito privado e como tal, a utilização, apesar de depois fazer uma subconcessão para alguém instalar lá aquele equipamento, aquilo que se falava neste momento, era uma concessão do município para que um privado pudesse usar um espaço de domínio público. Relativamente a este conjunto de formalismos, uma das questões obrigava à onerosidade, portanto, qualquer espaço público que tivesse utilização privada, deveria de ser onerada. Contudo, a oneração podia ser de várias formas, através de um tarifário ou taxas, ou através de contrapartidas, ou até se podia decidir a isenção, desde que houvesse algumas externalidades positivas que, neste caso isso acontecia para o nosso Concelho, pelo facto de existirem menos emissões de gases, quer com efeito de estufa, quer de gases nocivos à saúde da população, sendo essa questão que se colocava e que aquando do levantamento da questão das taxas, tinha ficado a dúvida de que o tarifário não existia, se de facto, não seria estar-se a passar um cheque em branco quando se estava a falar de um tarifário que, supostamente, ainda não existia. O Deputado acrescentou mais um pedido de esclarecimento que tinha a ver com o próprio processo de atribuição da concessão e tentar perceber se aquilo que estava a ser aprovado era já o Contrato de Concessão à ENA, ou se se estava a aprovar que houvera um pedido privativo de utilização de um espaço e que se iria desencadear esse procedimento que, naturalmente, depois iria, ou não, ser atribuído à ENA, em função de um processo que deveria estar sujeito à concorrência de acordo com as normas europeias e também de acordo com aquilo que era a Legislação nacional. -----

-----O Deputado informou que tinha trazido um esclarecimento do Gabinete Jurídico da Associação Nacional de Municípios, em que esclarecia precisamente isso, e referia que quaisquer procedimentos pré contratuais para atribuição das concessões dominiais deviam, na gestão dos bens imóveis, assegurar aos interessados, a contratar ou em utilizar uma concorrência efetiva. Portanto, partia-se do princípio que seguiria esse modelo e era isso que a bancada do PS gostaria de perceber, porque também tinha sido colocada a questão, infelizmente, não no âmbito da Comissão, porque no âmbito da Comissão não houvera oportunidade de todos terem participado, embora se tivesse tentado, à priori, até para não se trazer aqui este tema e, demonstrando essa preocupação de vir a esta Assembleia com uma proposta mais fechada e sem tantas dúvidas que se resolvesse antes, mas não tinha sido possível e por isso, essa questão ter sido agora colocada. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues**, que disse que embora não soubesse qual a resposta do Presidente da Câmara à questão da taxa, gostaria de justificar, e um pouco em resposta ao

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Deputado João Valente, que levantara a questão porque aquilo que era pedido no documento remetido pela Autarquia era solicitar à Assembleia Municipal, a autorização para a celebração do contrato de concessão nas condições gerais acima descritas, e que uma das condições gerais que estava descrita era um prazo de 12 anos, porque senão, o documento podia apenas solicitar autorização para a celebração do contrato de concessão e nem precisava de mencionar o prazo e se dizia alguma coisa, era porque esta informação era fundamental. -----

-----Foi depois cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e realçou o facto de este assunto tão importante vir à Assembleia Municipal, não só pela dignificação do Órgão, mas também para frisar o facto que, dos vários municípios que tinham aderido a este plano e a esta situação, Sesimbra era o único que levava este assunto à Assembleia Municipal e daí decorria o facto de este documento ter um prazo de 12 anos, assim como por uma questão de transparência. Relativamente à questão das taxas, a Deputada frisou que existia uma Entidade Reguladora, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e que no Plano de Mobilidade Elétrica, no qual fazia referência a esta questão, em que estavam previstos para Sesimbra, até 2030, 9 postos e 18 pontos de carregamentos rápidos e 23 postos e 50 pontos semirrápidos. Disse ainda que, na sequência daquilo que já tinha sido referido, também seria útil, por uma questão de planeamento territorial, ter em conta os locais desses postos e que o PDM pudesse ter em conta essa situação. A Deputada frisou que aquilo que se pedia era a atribuição de uma licença de utilização privativa do domínio público à ENA, para a instalação operação de pontos de carregamento rápidos de veículos elétricos, sendo de extrema importância para o município de Sesimbra, tendo em conta a agenda política do combate às alterações climáticas. -----

-----Interveio **Presidente da CMS**, que disse que este Projeto abrangia os 3 municípios e era um Projeto Piloto de uma Candidatura ENA e portanto, sem prejuízo daquilo que dissera a Deputada Paula Rodrigues, tinha havido um entendimento jurídico diferente dos Concelho de Palmela e de Setúbal, relativamente ao de Sesimbra e estava-se a falar de uma autorização para concessão de uma licença de utilização privativa para postos de carregamento elétricos e que o Enquadramento Legal constava na proposta da Câmara. Disse ainda que, do ponto de vista da concorrência e na utilização do domínio público municipal, não tinha necessariamente de ser colocado, e se houvesse um pedido, como exemplo, de uma instalação ocasional por um período que a Lei não previa para uma banca de venda de castanhas, não teria de se pôr a concorrência, a venda das castanhas. Referiu que tinha sido o enquadramento jurídico e que a Divisão de Assuntos Jurídicos fizera a proposta que enquadrara esta questão. -----

-----Quanto ao tudo o resto, disse parecer-lhe que tinha havido alguma falta de comunicação ou alguma

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

falha e era condição da atribuição da licença de utilização privativa, o pagamento das taxas e não havia gratuidade nesta utilização, pelo que a questão da onerosidade da licença estava sanada. Referiu que o Regulamento de taxas e licenças não tinha, especificamente, nenhuma ocupação de espaço público que determinasse que era para postos de carregamentos elétricos. Disse que no seu Artigo 23º, relativamente à ocupação do espaço público, o ponto 3 fazia referência a outras questões ou outras ocupações que não estivessem definidas nas outras e que fossem esplanadas, o grelhador e que se, à data, não houvesse alterações significativas ao Regulamento da tabela taxas, que não se fazia apenas para incluir uma taxa porque tinha que haver um estudo económico que fundamentasse a aplicação daquela taxa, era óbvio que se aplicava aquilo que estava previsto no Artigo 23º, portanto, não estava previsto, especificamente, para postos de carregamento elétricos, tal como o município de Sesimbra também não tinha para o domínio hídrico e tivera que aplicar para outro domínio público. Neste ano, nas concessões de praia, o Regulamento Municipal de Taxas não tinha domínio hídrico e aplicara outro domínio público municipal, tendo feito, para aproximar aquilo que eram as taxas do domínio hídrico da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), uma deliberação de uma redução que tinha de ser até 31 de dezembro e que no próximo ano teria de ser revisto, de 99,5% para aproximar aos valores que estavam definidos, de pagamentos anteriores, pelos concessionários de praia, tal como também não tinha previsto que se houvesse um pedido de licenciamento, não era passível de aplicar nenhuma taxa e que a recente transferência da responsabilidade para os municípios sobre o licenciamento de determinadas atividades culturais mais pequeninas e não tinha enquadramento do ponto de vista do pagamento de taxas. Portanto, havia um conjunto de taxas que teriam de ser totalmente revistas, mas teria de resultar de um estudo económico. Assim, no artigo 23º, o Regulamento previa até um valor por metro quadrado que tinha uma atualização, sempre com base na taxa de taxa de inflação anual e que estava perfeitamente enquadrado. Portanto, se na altura, o Regulamento tiver sido revisto e houver, especificamente, esta ocupação, aplicar-se-á para postos de carregamento elétrico. Não existindo, aplicar-se-á o Artigo 23º, o que era perfeitamente normal.-----

-----Sobre as questões dos dois lugares de concessão, disse que para além daquilo que era a ocupação com o posto de carregamento, o entendimento feito pela CMS tinha sido este, porque em Sesimbra existia o problema ao contrário, pois existia uma concessão dos lugares de estacionamento e que agora seriam necessários para instalar postos de carregamento elétrico. Sendo esta situação colocada ao contrário, apesar de ter uma interpretação jurídica diferente, até porque tinha sido a Entidade Reguladora, a instalar, também por via de uma Candidatura a Fundos Comunitários, o carregador junto à Avenida da Liberdade, tendo havido uma autorização informal do concessionário. Neste momento, a CMS tinha o concessionário

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

disponível para instalar, tendo já sido negociado, 6 postos de carregamento que dariam 12 lugares de estacionamento para veículos elétricos nas suas áreas de concessão. O contrato de concessão não previa os postos de carregamento elétrico e estava-se a verificar, do ponto de vista jurídico, que os queriam instalar nos lugares concessionados durante o prazo da concessão, e considerava que do ponto de vista político, tinha sido feita uma leitura simplista, o que fazia todo o sentido, porque era dentro do prazo de concessão, estava-se a fazer essa transição energética num lugar urbano com os locais já identificados. Disse ainda que se estava a perceber se seria possível enquadramento jurídico que fosse a Câmara a impor ao concessionário, ou se podia ser o concessionário a propor à Câmara e aceitar-se, na concessão existente, a colocação de postos de carregamento elétrico, o que, juridicamente, não era fácil, e daí se ter retirado esta questão, porque se amanhã se concessionasse, num campo meramente hipotético, o estacionamento junto ao Parque Augusto Pólvora, aquele carregador que pertencia à ENA teria que ser negociado com o futuro concessionário, ou então não se concessionava aqueles dois lugares que ficariam sempre públicos.

-----O Presidente disse ainda que daquilo que se tinha visto com a empresa concessionária do estacionamento “On-Street” aqui em Sesimbra, era que os potenciais lugares com posto carregamento elétricos não estavam isentos do pagamento de tarifas de estacionamento, que era eles também, o que, no caso de Sampaio, ficaria salvaguardado e até valoriza a possibilidade de um conceito de transição, tal como havia sido referido, e bem, pelo Deputado Sérgio Faias. -----

-----Em relação à questão da escolha e definição do Parque Augusto Pólvora, disse ter sido uma decisão meio ENA, meio município de Sesimbra e como era sabido, a ENA tinha feito um levantamento de todo o trabalho, em que participara a EDP e que hoje era a E-Redes, de identificação dos locais, que já estavam identificados, tendo em conta também aquilo que eram as necessidades identificadas como a tipologia da população, os locais públicos, mas tendo em conta a capacidade da rede envolvente e que fosse uma operação sustentável e não tivesse de se ir buscar capacidade ou carga de rede a distâncias que fossem inportáveis. Referiu que no Parque Augusto Pólvora havia capacidade de um carregador dos mais rápidos e que o Plano Intermunicipal previa esse posto de carregamento rápido no Parque Augusto Pólvora, até pela proximidade que tinha essa capacidade de carga. Disse que se definira, tendo em conta que a adjudicação do parque de estacionamento daquela zona já estava em fase de Concurso Público e portanto, previa ali o posto carregamento definido, fazendo essa sua culpa, e que o espaço iria lá ficar vazio, sendo que a CMS ocuparia já esse espaço no âmbito da reabilitação do próprio estacionamento e da criação das acessibilidades ao Parque Augusto Pólvora e da segunda fase do estacionamento, com os passeios que faltavam até à zona do Raio de Luz, sem grandes necessidades de intervenção por parte da ENA, uma vez

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que o espaço já iria ficar definido no quadro da empreitada do estacionamento.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a celebração do contrato de concessão com a ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida, nas condições gerais abaixo descritas: -----

-----a) No Estacionamento do Parque Augusto Pólvora, sito na Avenida Dom Manuel Martins, nas coordenadas GPS 38.471946,-9.087249;-----

-----b) A área do espaço a ocupar corresponde à necessária ao estacionamento de dois veículos elétricos, acrescida do local para instalação do carregador com uma área máxima a ocupar de 1m2; -----

-----c) Por um prazo de 12 anos; -----

-----d) Mediante o pagamento à Câmara Municipal pela ENA das respetivas taxas; -----

-----e) A ENA lançará um concurso público para atribuir a concessão da utilização privativa do domínio público para instalação e exploração de 3 postos (um por concelho) de carregamento rápido de veículos elétricos no espaço público a operador de pontos de carregamento licenciado;-----

-----f) Serão de responsabilidade da ENA todos e quaisquer trabalhos a realizar decorrentes das atividades de instalação do posto de carregamento, que garantam a reposição das condições de utilização pública do local supra identificado;-----

-----g) A instalação dos pontos de carregamento está sujeita a comunicação prévia nos termos previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação, a qual é da responsabilidade da ENA; -----

-----h) A aprovação das instalações elétricas dos pontos de carregamento é da responsabilidade da ENA.

-----O Grupo Municipal do PS prestou Declaração de Voto, referindo que todo este Processo deveria cumprir aquilo que era o Regime Jurídico da atribuição de utilização privativa de espaço público-----

-----A **Presidente da AMS** deu início ao **3º Ponto da Ordem de Trabalhos, “Avaliação da atividade da Assembleia Municipal – Mandato 2017/2021”** e disse que, como era sabido, esta Assembleia tinha, ao nível do seu Regimento, uma questão que não era nova deste Mandato, e que referia a importância, não só da existência das Comissões, mas também a importância que era a feitura de respetivos Relatórios, nomeadamente pelos Coordenadores das respetivas Comissões, para que assim se possa fazer também um balanço, neste caso anual, porque essa indicação era feita no Regimento. Referiu que por várias vicissitudes, era reconhecido que a primeira das quais era a dificuldade de compatibilizar a atividade profissional e também o tempo familiar e o tempo pessoal com aquilo que eram as funções de Deputado de uma Assembleia Municipal, acrescidas da função de Coordenador de uma Comissão e, tinha-se presente que, anualmente, não tinha sido feito esse tipo de avaliação. Contudo, pareceu adequado que fosse feito

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

este relatório de todas as Comissões. Por um lado, era um registo que iria estar disponível, para quem quisesse consultar, na Plataforma da Assembleia Municipal (PAM's) e por outro lado, era também um exemplo, isto é, naturalmente que esta maturação de trabalho que as comissões haviam tido era, sem dúvida nenhuma, um registo importantíssimo que a própria gostaria de ressaltar porque a existência de Comissões, como há pouco havia sido destacado pelo Deputado João Rodrigues era a possibilidade de um pequeno grupo fazer uma apreciação mais aprofundada e tomar conhecimento das matérias que estavam em debate, o que permitia criar conhecimento e também oportunidade nas opiniões e nas divergências, matéria essa que pareceria útil que tivessem sido realizados os respetivos relatórios das Comissões. -----

-----Acrescentou que, talvez por uma questão metodológica, pareceria também adequado dar uma sugestão de organização dos respetivos Relatórios e que desta maneira, ter-se-ia uma certa pedagogia no que dizia respeito à elaboração dos relatórios, e por um lado também, alguma capacidade de síntese que sabia que alguns colegas haviam feito e que outros tinham encontrado material disponível na Plataforma para elaborar as respetivas comissões, mas havia que ressaltar que todos os Coordenadores haviam realizado o respetivo Relatório, no qual a própria também se incluía. Disse que também se tinha achado por bem, e essa era também uma metodologia com um espírito de grande descentralização e de grande coresponsabilização, que foi o facto de todos os Coordenadores, após a elaboração do seu relatório, o tivessem disponibilizado junto dos colegas que incluíam a respetiva Comissão e, tendo todos deste modo, tido oportunidade de conhecer previamente, com tempos diferentes, esta ação, o conteúdo dos respetivos Relatório e sobre ele dar opiniões, fazer sugestões, tendo os Coordenadores aceitado essas sugestões, o que era saudável do ponto de vista do funcionamento do trabalho, das Comissões e daquilo que era o registo de, em termos não só do trabalho feito, mas de perspetiva futura. Referiu que era também muito importante dizer que, uma vez que se tratava do resultado de um trabalho bastante elaborado e bastante participado por todos os membros das Comissões, não se justificaria que, após a leitura ou comentário que os colegas das Comissões o quisessem fazer, que houvesse qualquer intervenção porque parecia, por um lado, desrespeitador, e por outro lado, também relativamente aos outros colegas, um espírito pouco coeso daquilo que era o conteúdo que tinha sido feito, o trabalho desenvolvido e que estava escrito.-----

-----Considerou-se que aquando da apreciação desta matéria ao nível da Comissão de Líderes, deveria ser dada uma ordem descendente para que cada colega fizesse a apresentação também. Foi igualmente considerado que a apresentação dos Relatórios e opiniões que fossem apresentados pelos respetivos Líderes dos grupos políticos, também fosse feita, neste caso, do grupo municipal do Bloco de Esquerda, do MSU, do PSD, do PS e, por fim, da CDU.-----

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Feitos estes pressupostos que eram do conhecimento de todos, importava sublinhar os mesmos, porque era extremamente importante para os munícipes que acompanhavam esta sessão e também transmitir-lhes que a Assembleia Municipal, enquanto Órgão, podia, descentralizar o seu trabalho em grupos de trabalho aprovados no início do Mandato que lhes permitia ter aqui uma corresponsabilização imediata e mais próxima, em que os assuntos tinham uma matéria específica para serem abordados, e por isso, era extremamente importante que também houvesse um conhecimento real do trabalho que era feito nesta Assembleia.-----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano, Coordenador da Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança - Comissão “6”**, que antes de apresentar o Relatório, manifestou a sua opinião e disse que tinha ficado surpreendido porque havia procurado Relatórios anteriores de outros Mandatos para se inspirar, mas não os tinha encontrado. Julgou ser falha sua, mas pelo que lhe tinha sido explicado, eles não existiam porque a iniciativa era deste Mandato. Congratulou-se também por isso, e disse estar convencido que esta iniciativa iria continuar em futuros Mandatos, independentemente de quem estivesse na Presidência da Assembleia Municipal. Pediu ainda desculpa aos colegas Deputados desta Comissão por só ontem à noite ter enviado a versão final, o que não lhes tinha dado muito tempo para o poderem apreciar e enviar alguns contributos ou comentários e que se houvesse alguma coisa pertinente a alterar, ainda o poderiam fazer para a versão final que ficaria arquivada. De seguida, o Deputado apresentou o Relatório, que se anexa (Anexo 1).-----

-----A **Presidente da AMS** agradeceu a apresentação pormenorizada do Relatório, inclusivamente com valores que estavam integrados na PAM's, mas que o Deputado tinha conseguido organizar os mesmos no Relatório, o que enriquecera a sua apresentação.-----

-----Em seguida, foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues, Coordenador da Comissão de Administração e Finanças Autárquicas - Comissão “5”**, que fez a apresentação do Relatório, que se anexa (Anexo 2).-----

-----A Presidente da AMS agradeceu ao Deputado a apresentação feita, cedendo depois a palavra à **Deputada Sandra Carvalho, Coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Económico - Comissão “4”**, que procedeu também à apresentação do respetivo Relatório, que se anexa (Anexo 3).-----

-----A Presidente da AMS agradeceu a apresentação do Relatório e referiu que, embora ainda faltasse fazer duas apresentações, cada Relatório evidenciava a importância das Comissões, do trabalho desenvolvido e, sobretudo, também o empenho dos respetivos Coordenadores e participação dos Deputados. Fez ainda questão de dar um apontamento, quase histórico, do qual também fazia parte esta

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

história de progresso de melhoramento do Regimento da Assembleia Municipal, o Vereador Américo Gegaloto, dizendo que, em determinada altura, a constituição das Comissões não tinha a expressão de hoje do ponto de vista político, que era menor, e que neste momento, todos os Deputados tinham uma participação nas Comissões, exceto numa. Citou uma expressão do colega Henrique, que em determinada altura dizia: “A democracia é cara, e às vezes incomoda”, e não havia dúvida nenhuma que, sendo muitos Deputados, o valor do pagamento das senhas de presença e dos respetivos pagamentos era mais elevado, mas comparativamente com a importância democrática, não tinha valor. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues, Coordenador da Comissão Sociocultural - Comissão “3”**, que apresentou o seu Relatório, que se anexa (Anexo 4). -----

----- De seguida, tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva, Coordenador da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente - Comissão “2”**, que se anexa (Anexo 5). -----

----- Concluídas as apresentações dos Relatórios das Comissões “6”, “5”, “4”, “3” e “2”, a **Presidente da AMS** disse que tinha ficado registado o desenvolvimento de um excelente trabalho de todas as Comissões. Passou-se depois à avaliação da atividade da Assembleia Municipal, feita pelos Líderes dos Grupos Municipais e pelos Secretários da Mesa, tendo sido dada a palavra ao **Deputado José Guerra**, que fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Bloco de Esquerda interveio nesta Assembleia com propostas e Recomendações, a maioria das quais foram rejeitadas. Algumas delas revelaram-se mais tarde, perfeitamente acertadas e mostraram as oportunidades perdidas pelo Executivo Camarário de servir melhor os seus munícipes. Referimos a atenção especial que o Executivo devia ter dado à definição de uma Estratégia Local de Habitação, para poder concorrer ao Programa Primeiro Direito e à introdução atempada de um sistema de testagem massiva para prevenir o desenvolvimento da última vaga da pandemia do COVID-19. No entanto, não podemos deixar de referir que propusemos e conseguimos ver aprovadas uma Recomendação acerca da urgência em introduzir o debate sobre a disponibilização da morte assistida, a eutanásia, e outra de alerta em relação às preocupações dos moradores do Meco, face aos empreendimentos turísticos previstos para a sua zona. Também nestes dois casos, o desenvolvimento mais recente dos acontecimentos confirmou a justiça e atualidade das nossas iniciativas. -----

----- Aproveitamos esta oportunidade para realçar a contribuição da Mesa da Assembleia para um funcionamento democrático desta mesma e agradecemos às funcionárias de Apoio à Assembleia Municipal pela sua disponibilidade em apoiar toda e qualquer ajuda que fosse necessária.” -----

----- Foi depois cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro**, cuja intervenção se transcreve: -----

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“À semelhança do que havia acontecido no Mandato anterior de 2013-2017, também no Mandato que agora termina, de 2017-2021, a postura do Movimento Sesimbra Unida na Assembleia Municipal sempre se pautou pela procura de convergências e pela construção de pontes que pudessem, de alguma forma, relegar para segundo plano, as diferenças políticas naturais. Tivemos, à partida, de uma vantagem que nenhuma outra força política tinha, que foi o condão da independência e da não sujeição a uma disciplina partidária. Independência esta que, contudo, traz consigo uma responsabilidade acrescida por não dispormos de uma estrutura política sólida e representação ao nível do Executivo Camarário. Nesse sentido, embora não abdicando de uma visão e interpretação próprias das matérias que nos foram confiadas, nunca deixámos de ser equilibrados, razoáveis e moderados no trato, no debate de ideias, na aceitação de propostas alternativas, na inclusão de sugestões, na recusa de quaisquer radicalismos, estivessem eles presentes na linguagem empregue nos documentos ou no próprio discurso político.-----

-----Os contributos que demos em relação a documentos apresentados pelas Comissões e restantes forças políticas em Sede de PAOD, os documentos apresentados pelo MSU e ainda a nossa perspetiva e o nosso sentido de voto em tantas matérias submetidas à Assembleia enquanto Órgão Autárquico de fiscalização da atividade camarária, refletem aquilo que sempre foi a nossa filosofia de proximidade dos munícipes e a nossa matriz política de prioridade aos assuntos que afetam diretamente os munícipes do Concelho de Sesimbra, secundarizando, mas sem desconsiderar os temas de relevância nacional e as discussões, por vezes estéreis, que as forças partidárias com representação na Assembleia da República transportavam para a nossa pequena grande casa da democracia.-----

-----O nosso foco enquanto movimento independente de cidadãos, foi sempre a defesa dos interesses dos munícipes do Concelho, das Freguesias de Santiago, do Castelo e da Quinta do Conde e do Município de Sesimbra em todas as suas vertentes. O presente Mandato foi marcado pelo contexto de pandemia e todas as suas condicionantes, mas que ainda assim não foi suficiente para desmobilizar o trabalho realizado pela Assembleia Municipal, que, com maior ou menor dificuldade, foi superando os obstáculos que se lhe colocavam presencialmente ou à distância. No que respeita ao trabalho das 6 Comissões, entendemos que foi, na sua globalidade, positivo, embora se notassem algumas diferenças de dinâmica entre elas, cumprindo ainda assim todas as Comissões, o papel que lhe estava confiado. Sem desprimor para as outras Comissões, gostaria de salientar o trabalho meritório da Comissão de Líderes e o comportamento exemplar de todos os Líderes de bancada e da Mesa da Assembleia, João Valente, Sérgio Faias, Lobo da Silva, José Guerra, Odete Graça, João Narciso e Conceição Gonçalves, muito obrigado.-----

-----Gostaria de agradecer, em particular, ao meu colega de bancada João Rodrigues, pelo seu trabalho

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

incansável, desempenhado com a competência e mérito que todos lhe reconhecemos, num Mandato em que, fruto de contingências pessoais e profissionais, me vi privado, muitas vezes de uma intervenção política mais ativa. Foi o João Rodrigues que em muitas das vezes me substituiu enquanto Líder de bancada, e que, ora nas reuniões das Comissões, ora no Plenário, ora na preparação das intervenções, assegurou uma representação de excelência do Movimento Sesimbra Unida. Creio que posso afirmar que o MSU tem já um lugar na história do Poder Local Democrático, no Concelho de Sesimbra, pelo trabalho realizado neste nestes últimos oito anos. -----

-----Obrigado a todos os colegas da Assembleia Municipal pela partilha, pelo companheirismo e pela amizade. Ainda um agradecimento especial à equipa de apoio da Assembleia Municipal, deixando uma mensagem de apreço à Laura, à Anabela, à Cindy e também à Natália, que nos acompanharam com um trabalho de competência, exigência e disponibilidade incomparáveis. E como não poderia deixar de ser um sentido de agradecimento à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Graça, pela amizade, pelos ensinamentos úteis que sempre nos deu e por quem tenho uma grande estima e consideração. ----

-----Foi um enorme prazer fazer parte desta casa, não só pela aprendizagem que levo para toda a vida, mas também pelo convívio são que mantive com todos os membros das restantes forças políticas aqui representadas, à margem de divergências de entendimento, muitas das questões que foram submetidas à apreciação da Assembleia Municipal. Espero voltar, e por isso não é tempo de dizer adeus, mas sim um até já, pois o espírito de participação cívica é algo que uma vez entranhado, jamais deixa de fazer parte da nossa forma de ser e de estar. Muito obrigado.”-----

*-----A **Presidente da AMS** agradeceu ao Deputado pela sua participação e pelo relato feito enquanto Líder de bancada, expressando um agradecimento pelas suas palavras e retribuindo com carinho e amizade tudo aquilo que tinha sido a troca de saberes e conhecimento que todos tinham tido.-----*

*-----Foi depois dada a palavra ao **Deputado Lobo da Silva**, que fez a seguinte intervenção, dizendo que a mesma só a si se vinculava: -----*

-----“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Graça, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Dr. Francisco Jesus, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, munícipes. -----

-----A política sem riscos é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha. A democracia conquistada em 25 de Abril de 1974, há pouco mais de 47 anos, permitiu a liberdade de pensamento, expressão e ação oprimida durante 48 anos por um Regime ditador. Associado ao 25 de Abril, surgem também duas das suas maiores conquistas, a realização de eleições livres e o Poder Autárquico. O Poder Autárquico democrático

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

foi um dos principais patamares obtidos pelo 25 de Abril, que permitiu às autarquias a possibilidade de administrar as competências que lhe são específicas através de Órgãos representativos, eleitos democraticamente e por sufrágio universal. Nesta minha última intervenção como autarca, cumpri um dever cívico para com a sociedade ao longo de mais de 25 anos, colaborando, estabelecendo pontos, para que o resultado fosse sempre o engrandecimento do nosso Concelho de Sesimbra. Fui autarca com 4 presidentes de Câmara: Ezequiel Lino, Amadeu Penim, Augusto Pólvora e Francisco Jesus. Na minha vida política, fui convidado a ser candidato à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu em representação do Concelho de Sesimbra, convites que nunca aceitei porque escolhi ser autarca e trabalhar em prol do meu Concelho, junto da população, assim como fui desafiado, muitas vezes, para encabeçar a lista à Câmara Municipal de Sesimbra. No entanto, e como sou e serei sempre uma pessoa íntegra, nunca aceitei porque sempre optei pela minha carreira profissional e com quem assumi um compromisso e uma lealdade que esteve e está sempre em como primeira opção.-----

-----Sinto que tenho a obrigação de, mais uma vez, partilhar com todos vós porque declinei o convite da Comissão Política do PSD de Sesimbra para encabeçar, mais uma vez, a lista a este órgão. A renovação de candidatos faz falta, até porque os lugares não são eternos. Os desafios profissionais são cada vez mais arrojados e a minha família, que brevemente me transformará em avô, facto muito importante porque devido à minha vida política, estive ausente na criação dos meus filhos e agora, com quase 60 anos, não quero perder dos meus netos, o que perdi dos meus filhos. Estes são os motivos que me levaram a não aceitar continuar.-----

-----Nos últimos 12 anos como Deputado municipal nesta Assembleia, e que muito me honrou, sempre estive disponível para trabalhar com todas as forças políticas em prol do Concelho de Sesimbra. A minha vida autárquica é demonstrativa desse facto. Como Deputado, apresentei em nome do PSD, documentos que visavam a melhoria da vida dos sesimbrenses, sem olhar a quem governava o país. A prova disso foram as Moções que exigiam ao Governo de Passos Coelho, a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde. As intervenções internas com outros companheiros meus, nomeadamente o Vereador Francisco Luis e Conceição Gonçalves para a passagem do Cabo Espichel para a posse da Câmara, ou ainda a construção do Centro de Saúde de Santiago. Ou mais recentemente, aquando de uma iniciativa da força política que governa este Conselho, eu disse presente, porque se exigia e não se pugnava a construção do novo Centro de Saúde da Quinta do Conde. Estas atitudes são demonstrativas que, pertencendo eu a uma força política diferente, o Concelho de Sesimbra está acima de qualquer interesse político.-----

-----Reconheço que ao longo destes tempos, terei tido ocasiões em que poderei ter sido mais agressivo,

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

mas nunca menti, nunca combinei algo e fiz outra, nem ofendi nenhum dos eleitos. Reconheço que me excedi algumas vezes, terei errado outras, mas levei este Mandato para que fui eleito, muito a sério. Sempre tentei não dececionar os eleitores que confiaram no meu partido, o PSD. Errar é humano, assumir o erro é carácter, e é assim que me vejo na vida. Sou uma pessoa de carácter para aceitar os meus erros e humilde, para pedir desculpa a quem se tivesse sentido melindrado com as minhas intervenções. -----

-----Não poderei deixar de endereçar uma palavra de grande apreço a uma grande Senhora, à Senhora Presidente desta Assembleia, Dr.ª Odete Graça. Reconheço que mesmo, sendo nós de ideologias políticas diferentes, nada me custa dizer, mais uma vez, e porque já o fiz em outros momentos, inclusive no meu partido, que aprendi muito consigo. Daí, dizer-lhe hoje, aqui, e nos olhos, o meu muito obrigado. -----

-----Também não poderei deixar de dar uma palavra de agradecimento às profissionais que trabalharam no apoio a todos os autarcas desta Assembleia, à Laura, à Anabela, à Cindy e também às outras profissionais que por aqui passaram, à Natália e à Elsa Polido. Quantas Assembleias Municipais deste país não desejavam ter uma equipa destas. Uma palavra de reconhecimento, e de apreço e de gratidão para com a minha companheira de partido, Conceição Gonçalves, que ao longo destes 4 anos trabalhou comigo. Não ficaria bem comigo se não agradecesse à Isabel Lobo da Silva, a minha mulher, que me deu todo o apoio ao longo destes mais de 25 anos, e que muitas vezes fez de mãe e de pai. Estou certo de que muito ficou por dizer, mas termino com uma frase que transmite a realidade deste Órgão autárquico: “Democrata é aquele que pratica a democracia e não aquele que dela apenas se reivindica. Viva o Concelho de Sesimbra. Tenho dito.” -----

*-----A **Presidente da AMS** sublinhou os agradecimentos com muito afeto e reconhecimento pelas palavras que o Deputado lhe havia dirigido e, naturalmente, lhas devolveu com a mesma amizade, dizendo que a aprendizagem era sempre uma troca de saberes, em que havia sempre algo que se recebia, mas que também se entregava, sem por vezes se dar por isso. Disse que, se alguma vez tivesse dado esse contributo, que o havia feito de forma aberta, e que registava com agrado. -----*

*-----De seguida, foi dada a palavra ao **Deputado Sérgio Faias**, que disse que terminaria este ciclo da mesma forma que o iniciara, falando de pé e fazendo aqui esta referência à humildade. Referiu que todos os dias se aprendia e que tinha aprendido muito nesta Assembleia, e que logo no primeiro dia, havia aprendido que a prática nesta casa era falar sentado e que a assumira desde aí, mas que hoje, abria essa exceção para, precisamente, fechar este ciclo. O Deputado passou a fazer a sua intervenção, que a seguir se transcreve: -----*



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----"Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal, caros colegas Deputados, Excelentíssimos membros da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimos membros do staff de apoio à Assembleia Municipal, e também aqui um cumprimento especial a todos os trabalhadores do município que connosco vão acompanhando estas sessões e fazem com que elas possam acontecer com toda a normalidade e naturalidade.-----

-----Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, sendo esta a sessão da Assembleia Municipal que encerra o presente ciclo autárquico, cumpre-nos fazer um balanço daquela que foi a atividade desta Assembleia, mas se me permite, fazer um balanço também, da participação dos eleitos do Partido Socialista no principal Órgão da democracia do Poder Local. No momento do balanço destes 4 anos de atividade, devemos confessar que o nosso sentimento se caracteriza como um misto de insatisfação por não havermos cumprido um conjunto de mudanças que havíamos identificado como essenciais para o nosso Concelho, e até nesta própria Assembleia, e de dever cumprido por na qualidade de principal força política da oposição, termos feito tudo o que estava ao nosso alcance para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes. De facto, no correr destes 4 anos, naquela que foi uma convivência saudável e cordial entre os diferentes grupos políticos e o próprio Executivo Municipal, ficaram evidentes, mais uma vez, aquelas que são algumas das fragilidades na afirmação da Assembleia Municipal junto da população e na sua consagração enquanto órgão fiscalizador e de provedoria da ação desenvolvida pela Câmara Municipal. O que se verifica é que, ao longo do Mandato, o número de municípios que recorreram diretamente ao órgão Assembleia Municipal para expor os seus problemas e dificuldades foi um número reduzido, demonstrando assim, mais uma vez, que a mensagem sobre a importância deste Órgão e sobre o seu modo de funcionamento não chegou à população. Sobre este tema, podem até dizer-nos que esta é uma população pouco interessada ou participativa na causa pública e que para comprovar essa teoria, basta olhar para os números da abstenção. Mas fica a pergunta: o que é que foi feito pela Assembleia Municipal nos últimos 4 anos para inverter essa situação? Será que realizar os Projetos da Assembleia Municipal de Jovens e das Cores da Cidadania, um modelo altamente formatado, será suficiente para atrair os mais jovens para a participação cívica e para combater a abstenção? Será que a realização das sessões da Assembleia Municipal nos dias e horários que foram adotados contribuem para a participação e acompanhamento dos trabalhos por parte dos munícipes? Será que a disponibilização da informação relativa à Assembleia Municipal no rodapé do canto inferior esquerdo da página de Internet da Câmara Municipal, ajude a divulgar e dignificar o papel deste Órgão autárquico? Apesar de todos nós nos podermos

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

sentir um pouco responsáveis por esta realidade, não podemos deixar de reconhecer que esta ofuscação do papel da Assembleia Municipal, serve principalmente o interesse de quem não quer ser questionado ou escrutinado e para quem o maior protagonismo dos Deputados municipais, da sua Presidente e da respetiva Mesa, poderia tornar-se algum incómodo. Na realidade, o respeito institucional mede-se através de pequenos gestos. Gestos, esses que vão logo desde a falta de esforço no cumprimento dos prazos para a disponibilização de informação que permita a sua análise cuidada, algumas falhas protocolares que resultam do não envolvimento deste Órgão em eventos e iniciativas que decorrem no Concelho, ou até, no cúmulo de deixar a publicação da Newsletter desta Assembleia como uma última prioridade nos serviços da comunicação do município, sendo as mesmas publicadas, habitualmente, vários meses após a sua preparação, perdendo assim a atualidade e o impacto pretendido. Mas, como dizia na semana passada em Sagres, o Professor Albino de Almeida, Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, nós somos um ativo importante da atividade municipal e da atividade política nos Concelhos e temos um instrumento que, se bem utilizado, nos permite exercer as nossas atribuições com maior autoridade, que é o nosso Regimento. Saibamos nós utilizá-lo melhor no futuro, mas que não fique a ideia de que na Assembleia Municipal de Sesimbra existem apenas dificuldades quando comparados, contexto nacional, devemos orgulhar-nos do nosso passado e do nosso presente. Contamos com uma equipa de apoio muito dedicada, e deixo aqui uma referência à Laura, à Anabela e à Cindy, que permite aos eleitos focar-se no essencial, com instalações físicas próprias numa plataforma de centralização de informação que nos permitem cumprir o nosso papel de forma mais eficaz. E como vimos há pouco, um conjunto de Comissões que desenvolvem um trabalho que permite dignificar muito aquilo que é o papel desta Assembleia. -----

-----Mas deixem-me fazer também um breve balanço daquilo que foi o desempenho do Grupo Municipal do Partido Socialista ao longo deste Mandato. Naturalmente, que não vamos falar aqui do número de Recomendações submetidas, ou do número de Moções aprovadas porque o papel dos Autarcas deve ser medido na capacidade de resolver os problemas do dia-a-dia de cada cidadão, de contribuir para a sua melhor qualidade de vida, mas também na capacidade de projetar o futuro, pensar a região e traçar de forma clara o caminho por onde queremos levar a nossa terra. -----

-----Há 4 anos atrás, através de uma equipa sólida e muito qualificada, quisemos marcar a diferença pela positiva, exercendo o nosso papel fiscalizador com elevação, concentrando a nossa atenção nas questões do Concelho. Estivemos sempre atentos às dificuldades das pessoas, andámos no terreno, demos a cara nos lugares e aldeias do Concelho, e transformámos as preocupações da população em propostas concretas. Mesmo durante o período da pandemia Covid, que de forma tão vincada marcou este Mandato,

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

fizemos questão de acompanhar a evolução da situação, de apresentar propostas e de evitar o dedo acusador ou atribuir responsabilidades a Entidades terceiras. Optámos antes por reconhecer o papel que cada um desempenhou nas escolas, nos Serviços de Saúde, nos Serviços de Bombeiros, nos Serviços Municipais, nas Freguesias, nas Associações e Coletividades, nas Instituições de Solidariedade Social ou a título individual de cada um, para minimizar o sofrimento que esse inimigo público trouxe aos nossos entes queridos e àqueles que nos estão mais próximos. -----

-----A título de conclusão, gostaria de reiterar a forma como decorreram os trabalhos ao longo destes 4 anos, sem esquecer alguns momentos mais aguerridos que resultaram, naturalmente, da convicção com que se defendem, causas e princípios, e podemos afirmar que a generalidade dos eleitos, sem nunca abdicar da sua identidade e frontalidade tiveram a capacidade de tratar com elevação os temas da Assembleia Municipal e demonstraram sempre uma abertura para a convergência que permitiu, acima de tudo, defender os interesses dos munícipes do Concelho de Sesimbra. -----

-----Desse saudável relacionamento, vão ficar saudades e a certeza de que os laços constituídos dentro destas quatro paredes irão prevalecer lá fora por muitos anos. -----

-----Finalmente, uma nota muito particular e pessoal para a Presidente da Assembleia Municipal. Sabemos que esta será, em princípio, a sua última sessão na Assembleia Municipal como Presidente, por isso consideramos justo reconhecer o esforço e a dedicação que atribuiu ao funcionamento deste Órgão e que, apesar de todos os constrangimentos, teve a capacidade de elevar e de dignificar. A isso, nós todos lhe devemos. Sabendo que vai andar por aí, os eleitos do Grupo Municipal do Partido Socialista desejam-lhe lhe as maiores felicidades por esta nova fase da sua vida. Boa noite a todos, muito obrigado e até já.” -----

*-----A **Presidente da AMS** agradeceu as palavras do Deputado e disse que enquanto cidadã, andaria por aí e que, naturalmente, estaria sempre com todos os cidadãos e cidadãs com quem tivera oportunidade de partilhar. Agradeceu também as referências feitas e que, sem dúvida nenhuma, também eram alertas, sendo uma visão de uma radiografia daquilo que tinham sido as práticas da Assembleia Municipal, mas as perguntas que o Deputado colocara, eram perguntas importantes que, certamente, iam para além destas quatro paredes e que ficariam na mente de muitos, se é que já não estavam. -----*

-----Disse ainda que a história era uma sucessão de atos em que vários protagonistas eram elementos fundamentais para o desenvolvimento de um processo que se desenvolvia na história e, por isso, a partida de alguém era um período que se renova com outras pessoas, independentemente de transitarem problemas e boas práticas e era nesse sentido que todos estavam empenhados. -----

*-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado João Valente**, cuja intervenção se transcreve: -----*

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Começo esta reflexão por dizer que foi o Mandato, em que a exigência, a coerência e o trabalho construtivo na procura de melhores opções para o Concelho foram marcantes, mas também a firmeza das nossas convicções e das nossas posições defendidas, sempre com a confiança baseada no conhecimento e na realidade do Concelho e, claro, as expectativas dos munícipes.-----

-----A nossa postura séria comprometida não nos impediu da competente fiscalização à atividade do Executivo Municipal e a prova disso são as diversas questões, ainda hoje aqui colocadas, Recomendações ao Executivo e documentos de Gestão de Planeamento Municipal aprovados ao longo deste Mandato. Mas este Mandato que decorreu num período especialmente difícil, e não posso deixar de o dizer, teve momentos altos e destaco os mais evidentes: A continuação do Prémio Espichel, a 18ª Assembleia Municipal de Jovens, as visitas da Assembleia aos diversos Serviços, que ainda foi possível fazê-las em locais do Concelho, as reuniões descentralizadas e até mesmo esta Newsletter que nos chegou hoje, presenteada aqui durante esta sessão.-----

-----Destacar que todas estas ações aconteceram pela postura de grande disponibilidade e isenção, e bom senso, que sempre adotámos, em permanente diálogo com as restantes bancadas e isso foi evidente ainda na última Comissão “2”, na procura de soluções mais consensuais e a prova disso são as mais de 28 Moções apresentadas por esta bancada, mais de 7 Recomendações e 3 Saudações, todas elas aprovadas. Nesta verdadeira casa da democracia, é também importante realçar a dinâmica do trabalho e não posso deixar de não o fazer, apesar de termos visto aqui ainda há pouco a apresentação das duas Comissões, a Comissão Sociocultural e a Comissão de Desenvolvimento Económico, a participação ativa nas restantes Comissões e nas Comissões que coordenámos, que foram realizadas mais de 6 reuniões, mais de 15 audições e as diversas entidades do setor, no caso da Saúde, no caso das Pescas, aprovados aqui em Relatórios que foram hoje apresentados. Só não foram realizadas as Assembleias Temáticas pelas circunstâncias pandémicas que estamos a viver, porque senão, tínhamos tido aqui duas Sessões bastante profícuas, decerto.-----

-----Feito um resumido balanço na atividade genérica da bancada da CDU, gostaria de fazer aqui apenas o resumo de algumas. Na área orçamental, referimos todo o Mandato com as referências em que as transferências provenientes da Administração Central, por via do Orçamento de Estado, particularmente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, continuam a ser insignificantes para Sesimbra face ao volume da despesa que a Autarquia continua a suportar, claro, penalizando sempre o município de Sesimbra, que é no País, o que menos recebe do Estado. Salientamos, pelo contrário, o crescimento das Receitas Correntes próprias, sem ter registado qualquer subida nas taxas e nos impostos, e nos preços dos Serviços. Saudamos, por isso

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

a redução da dívida do município em valores nunca antes conseguidos e que temos que sublinhar. A gestão municipal do município foi uma gestão séria, nunca abandonando os investimentos estruturantes para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das suas populações. Na área da Saúde, aludimos à Comissão da Saúde, coordenada aqui pelo Deputado Rui João Rodrigues, da bancada da CDU, que se centrou fundamentalmente na questão do novo Centro de Saúde da Quinta do Conde, cuja insuficiência para servir a população da Quinta do Conde foi contestada desde a sua inauguração. O atual Centro de Saúde, que eu digo que já é velho. A Quinta do Conde foi contestando, desde a sua inauguração, e cá está a prova que tínhamos razão, era insuficiente e efetivamente, era insuficiente porque foi reduzido um piso aquando da construção daquele edifício. E cá está hoje, mais uma vez, a razão a ser dada para a construção do novo Centro de Saúde.-----

-----A solução passou por, desde sempre, pela necessidade urgente de alargar as instalações do Centro de Saúde e aqui, a CDU, ao lado das populações, apresentou várias Moções, sempre com o tema “Centro de Saúde na Quinta do Conde”. Outra questão de grande importância relativa a esta matéria, tratada neste Mandato, foi o Hospital do Seixal. A construção deste equipamento compensaria, e muito, o Concelho de Sesimbra, pela ausência de um serviço de urgências básico. Poderia dizer que apresentámos Moções do Hospital, Moções do Centro de Saúde, Recomendações, o novo Centro de Saúde, novamente pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde, e já para o fim, uma Recomendação e o Centro de Saúde da Quinta do Conde, e a Portaria de extensão, que só agora foi desbloqueada.-----

-----Na área da Educação, a requalificação da Escola Rodrigues Soromenho, a construção da nova Escola Secundária da Quinta do Conde, foram os assuntos dominantes neste Mandato. Já decorreu tempo suficiente, é inaceitável que não estejam concretizados estes equipamentos. Dentro e fora das Instituições, a Escola Secundária da Quinta do Conde ainda não é uma realidade. Ainda hoje, obtinha este número estrondoso: Michel Giacometti, 43 turmas. A construção deste equipamento é urgente na Freguesia da Quinta do Conde, existe esta Escola Secundária e única, com capacidade para 400 estudantes e pasme-se, tem mais do dobro. E por isso apresentámos aqui vários documentos, várias Moções, mais uma vez, pela construção da Escola Secundária da Quinta do Conde.-----

-----Na área das Pescas, nesta matéria, foi amplamente realçado pela bancada a importância das Pescas, do Dia do Pescador para Sesimbra, bem como o seu papel na economia local. A atribuição para ocasião do Dia do Pescador, do Prémio mais jovem aqui exaltado nesta sala, este ano, procurando assim dignificar, incentivar a profissão de pescador junto dos mais jovens e ajudar a colmatar uma das grandes preocupações na pesca e na falta de recursos humanos. Para além destas ações, tivemos também Moções

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

por ocasião do Dia do Mar, procurando realçar a importância deste recurso natural para o Concelho. Na área do Turismo, defendemos, desde sempre, a classificação de um ponto turístico do mar, com atividades náuticas e o mergulho, mas não deixámos de apontar que nas sinergias com a Área Metropolitana, em que é onde nos inserimos geograficamente, de forma a criar uma massa crítica ao nível do Turismo e da Natureza. Incentivámos, defendemos, apoiámos e sublinhámos o apoio dado às empresas e Entidades ligadas a este setor, por parte do Executivo, mesmo durante o flagelo pandémico, que atacou de forma especialmente grave, todo este setor de atividades. -----

-----Ao nível do Ambiente, nesta temática também tivemos uma ação muito importante e poderia realçar aqui a substituição da frota automóvel na Câmara Municipal de Sesimbra por carros movidos a não combustíveis fósseis, as drenagens do Sado, a Saudação à greve climática ou a Moção pela defesa do ecossistema e a abertura da Lagoa de Albufeira. Ao nível do Movimento Associativo e Área Social, a bancada da CDU, desde o primeiro dia, destacou as Instituições, ao longo dos anos, que foram capazes de concretizar, mostrar empenho e fulgor associativo. Destacámos a afirmação no trabalho diário das Instituições Particulares de Solidariedade Social, destacámos a necessidade do Governo, através da Segurança Social, aprovar um Projeto de financiamento tão breve quanto possível para, por exemplo, um Lar de idosos do Centro Comunitário da Quinta do Conde e, neste âmbito, chegaram aqui, também, várias Moções. -----

-----Sobre a Transferência de Competências, a bancada da CDU defendeu, desde sempre, que a Transferência de Competências vem responsabilizar a Câmara Municipal com o que a Administração Central não executou nos últimos 20 anos. Assim, antes de responsabilizar o Estado, em áreas como a Saúde, a Educação, mantém o subfinanciamento das Autarquias, como referimos ainda há pouco, e fica a dúvida, como vão os municípios dar cumprimento às funções sociais e assegurar um nível de oportunidades igual, de Norte a Sul do País, com uma estratégia tão diferente do nosso País que tem. Por isso, afirmamos que estamos em presença de um processo de transferência, não é de encargos, é efetivamente, uma transferência que vem onerar as Câmaras, e não é de competências, é de encargos. Deixemos por fim, então, e agora para terminar, uma palavra de grande reconhecimento à Mesa e não podíamos deixar de não o fazer à Senhora Presidente e a gratidão com que ficamos efetivamente com a aprendizagem que tivemos, falo por mim, nestes últimos quatro anos, nos restantes membros da bancada aqui, alguns deles com quem eu aprendi bastante, com todas as bancadas que, efetivamente aprendi e quando sair daqui por esta porta, tenho a certeza que não mais serei o mesmo, porque todos nós retirámos daqui alguma coisa.

-----Nesta mesa de trabalho, aqui, que foi uma constante tentativa, a Senhora Presidente foi fulcral na

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tentativa de encontrar consensos, sempre de uma forma positiva, e por isso o grande apreço que temos pela Senhora Presidente e o reconhecimento que não pode deixar de ser feito às funcionárias, hoje aqui, mais uma vez, como sempre, a apoiar os Serviços, o grande profissionalismo de todos os profissionais que estão na multimédia e deixar aqui uma palavra para eles também. Por isso, é este ciclo que se está a concluir e não vou me comover porque ainda sinto forças para dizer isto, mas tem que ser replicado a partir de outubro, tudo aquilo que aqui se passou, ou seja, a Assembleia Municipal tem mesmo que elevar o comportamento que estes quatro anos tiveram: o interesse e, sempre, claro, o desenvolvimento do Concelho, acima de tudo. Muito obrigado.”-----

-----A **Presidente da AMS** agradeceu a intervenção e relato do Deputado e disse que as Instituições também se moldavam pelo carácter das pessoas e era muito mau quando, de facto, as pessoas eram submissas aos parâmetros exclusivos das Instituições, fossem elas pequenas organizações ou grandes, e quando se tinha a oportunidade de trabalhar com pessoas que também tinham uma dimensão, não só humana em termos de perspetiva de vida, mas também uma sensibilidade para compreender que às vezes, não era a palavra que fazia a diferença, e que às vezes era muito mais o gesto, porque era esse gesto que ficava na história, a perdurar até num comportamento e na nossa aprendizagem, e por isso muitos dias, entrávamos preocupados e saímos, porventura, um pouco mais repousados, não apenas e só porque se ganhara alguma batalha, mas porque se conseguira ganhar o consenso, a aproximação e um trabalho coletivo, que era importante numa Assembleia Municipal.-----

-----Em seguida, passou a apresentar um *PowerPoint*, que se anexa (Anexo 6), tendo-se levantado e afirmado que sentira que o deveria fazer, sendo um sinal de respeito por todos. Referiu que este *PowerPoint* tivera por objetivo procurar a tradução do trabalho desenvolvido por esta Assembleia Municipal.-----

-----Após esta apresentação, enquanto Coordenadora da Comissão de Líderes, apresentou o Relatório correspondente à avaliação do Mandato 2017/2021 (Anexo 7).-----

-----De seguida, a Presidente da AMS, Odete Graça, fez a sua despedida, que a seguir se transcreve:-

-----“Sendo a última sessão desta assembleia era inevitável que vos pudesse transmitir o meu sentimento de saída e o que vos posso dizer é que estou de coração cheio!!! ...-----

-----E digo isto porque é ... e foi, um privilégio ter pertencido a este grande grupo de homens e mulheres que constituíram a assembleia municipal de Sesimbra, cujo perfil de trabalho foi sem dúvida uma referência ímpar no nosso contexto político. Todos contribuíram, ainda que de modos diferentes, para enriquecer o debate e valorizar o lado cooperativo no trabalho das comissões.-----

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Nesta onda de amizade e gratidão também faz parte o Presidente da Camara, Francisco Jesus, e todos os Vereadores, onde também não posso esquecer as Presidentes de Junta de Freguesia do Castelo e Santiago, Maria Manuel e Laura Correia, e o Presidente da Quinta do Conde, Vítor Antunes.-----

-----Admito, que pela minha experiência autárquica, aprendi ao longo de quase duas décadas, enquanto presidente e membro deste órgão, acrescido do tempo de responsável autárquica, nas funções de Vereadora, que só através duma relação diária com as populações é possível viver de perto as suas necessidades e saber defender ou lutar por opções necessárias à resolução dos seus problemas.-----

-----Neste sentido, compete-nos enquanto responsáveis políticos, e na qualidade de eleitos/as das autarquias locais, saber interpretar os sinais do futuro e - Promover a participação do cidadão - na vida ativa do município.-----

-----Não pensem que me pesa o orgulho de ser o que sou... ao finalizar este mandato com 47 anos de cooperação na promoção da democracia e na valorização do Poder Local de Abril e em especial no município de Sesimbra. O orgulho terá de ser sempre partilhado com muitos e muitas que dia a dia souberam cooperar com determinação o sonho de vivenciar novas praticas políticas.-----

-----Na minha relação de Professora-Autarca aprendi muito com inúmeros amigos e amigas, o que era ser autarca, viver diariamente os compromissos assumidos perante as populações e defender com garra e convicção as suas preocupações, aspirações e conquistas.-----

-----Como Autarca foi o tempo de romper barreiras, perante alguma desconfiança, defender a diferença nos projetos e ações, ter ousadia na palavra, no gesto ou na atitude segundo os princípios e modelos de participação dos cidadãos...-----

-----Foram momentos que na história do município terão certamente um espaço próprio, mas mais do que o relato na história, foi sobretudo a troca de saberes entre o afeto, a competência e a dedicação ao progresso e desenvolvimento do Município.-----

-----Fica-me a memória e o agradecimento aos trabalhadores que me acompanharam nas aventuras de ser autarca, sempre disponíveis para aceitar a novidade, a inovação, a experiência, mas sobretudo o empenho a favor da causa pública. Estou também a referir-me ao serviço do apoio da assembleia municipal, desempenhado com grande altruísmo, mas sobretudo com muita competência e sentido de responsabilidade de uma equipa ímpar na competência e de grande valor humano, e saber transmitir um comportamento equilibrado perante cada grupo político e entre todos os deputados. A coordenação feita por Laura Farinha, duma equipa coesa que integrava a Natália de Jesus, a Elsa Polido, e mais recentemente com a Anabela Sebastião e a Cindy Silva que têm marcado a diferença pelo seu trabalho, apoio e

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

competência. Qualquer político só pode ganhar, se souber aprender com o saber feito por estas trabalhadoras e técnicos em geral que demonstram capacidade técnica, conhecimento social local e cooperantes na causa pública.-----

-----Mas foi, e é também sem exceção, uma aprendizagem junto dos eleitos de várias gerações que foram para mim verdadeiros mestres e com quem tive o privilégio de trabalhar e aprender sempre. Desde – Ezequiel Lino, iniciando os meus primeiros passos como Vereadora em 1986 – Amadeu Penim - Augusto Pólvora, Francisco Jesus, mas também Aurélio de Sousa, (o meu mestre) com quem me iniciei em 1976 na Assembleia Municipal como 2ª secretaria, Miguel Alarcão Bastos, e por fim Carlos Lopes, que me antecedeu em 2009 nesta caminhada da Assembleia Municipal de Sesimbra. -----

-----Na mesma caminhada... recebi também, com muita modéstia, de muitos que tal como eu tiveram o propósito de servir a população de Sesimbra, com o realce para os diferentes Presidentes de Junta Castelo, Santiago e Quinta do Conde, desde João Martelo, Conceição Morais – que foi a 1ª mulher Presidente da Assembleia Municipal e de quem tenho uma enorme saudade, e mais tarde Félix Rapaz, Ana Cruz e no momento a Laura Correia.....mas também João Barateiro, ... António Vieira, Francisco Jesus e recentemente a Maria Manuel...na freguesia do Castelo. -----

-----Na Quinta do Conde, a freguesia mais jovem, marcaram igualmente o meu percurso António Gameiro, João Favinha, Augusto Duarte ... e recentemente Vítor Antunes. -----

-----De todos ... e com todos estivemos imbuídos do mesmo espírito ainda que marcado por opções políticas que se distinguiram segundo as diferenças próprias da vivência democrática.-----

-----Também guardo a amizade e a memória por aqueles que partilharam comigo o dever de preparar, orientar e gerir o trabalho das sessões, sem deixar de salientar as diferentes fases do nosso trabalho Muito para além das responsabilidades inerentes à assembleia. -----

-----Quem não se lembra de José Carlos Ezequiel, homem de grande espírito voluntarioso que tão cedo nos deixou, ao lado de Francisco Cordeiro que nos acompanhou em dois mandatos. -----

-----Também José Nazaré e Carmem Dolores marcaram sempre presença nas tarefas da mesa e no funcionamento da assembleia e o seu incondicional apoio foi evidente em todos os momentos. Recentemente, João Narciso e Conceição Gonçalves que me acompanham nos tempos atuais, marcando sempre presença nos diferentes momentos de trabalho e partilhando com autenticidade e coerência, a opinião e o sentido critico sempre útil.-----

-----Não ficaria bem se não pudesse deixar um agradecimento aos amigos e coadjuvantes que me acompanharam neste percurso, enquanto membros da Comissão de Líderes, onde vivemos momentos de

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

acesso debate entre o contraditório e a palavra da concordância, daí um gesto de agradecimento a Carlos Afonso, Fernando Patrício, Henrique Guerreiro, Helena Cordeiro, Francisco Luís, Américo Gegaloto, Manuel José Pereira, Brito de Andrade e Carlos Martins Sempre prontos e intervenientes nas mudanças de funcionamento da assembleia, mas sobretudo com grande espírito de cooperação no debate de ideias, a favor de mais e melhor trabalho junto das populações.-----

-----Sempre assumi que era primordial desenvolver um trabalho coletivo e efetivo com os colegas responsáveis pelos grupos políticos, com o importante propósito de preparar e encontrar a melhor metodologia para o funcionamento da Assembleia Municipal. Com este pressuposto a atual Comissão de Líderes, que integra João Valente, Sérgio Faias, Lobo da Silva, Miguel Ribeiro, José Guerra e obviamente o João Narciso e a Conceição Gonçalves, respetivamente 1º e 2º, secretários, sempre marcaram presença nas diferentes tarefas como parceiros de vida autárquica que vão ficar nas memórias de ser autarca.-----

-----O nosso trabalho, nesta Comissão nem sempre pacífico, com debates vivos e divergentes, mas sempre na base do respeito e da amizade. Sei que a distância e o tempo não apaga a nossa memória ... e quem não se lembra das conversas privadas, sobre assuntos de caráter urgente, e das divergências acerca do atual Regimento, da perspetiva sobre a existência do Provedor Municipal e outras leituras aguerridas sobre o Regulamento do Prémio Espichel.-----

-----Mas também dificilmente vou esquecer ... aliás é impossível esquecer o gesto e a ternura de uma surpresa silenciosa, que na sessão do dia 30 de abril surgiu sob a forma de Recomendação que a Presidente da Mesa não conhecia... em resultado de uma vontade coletiva que ultrapassou vontades políticas, gerações, experiências, amizades que jamais será esquecida.-----

-----Se muito em breve, no momento da tomada de posse dos novos eleitos para a camara e assembleia municipal, vou deixar de exercer estas funções, acreditem que não vou deixar de ser cidadã ativa e empenhada na promoção da cidadania, na salvaguarda dos valores de abril consolidados no Poder Local, e na defesa de direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs em prol dos e das sesimbrenses.-----

-----Muita Obrigada a todos e a todas.”-----

*-----Foi depois cedida a palavra à **Segunda-secretária da Mesa da AMS, Conceição Gonçalves**, que fez a seguinte intervenção:-----*

-----“Quero muito sensibilizada e de forma muito sentida, agradecer a presença de todos nesta última assembleia no mandato de 2017/2021.-----

-----Vivemos, felizmente em democracia e quero-vos dizer que se a vida é breve, o poder autárquico é transitório e num concelho como o nosso é certo que todos aqui trabalharam para o bem comum, para o

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

bem de SESIMBRA, e se alguma vez houve divergência de ideias nesta assembleia, é altura de recordar também, que sempre houve uma união, trabalho, respeito, vontade, responsabilidade que sobre os nossos ombros pesou, para melhorar a qualidade desta assembleia, cumprindo também a vontade de quem confiou em nós.-----

-----Em segundo lugar quero cumprimentar todos os deputados que hoje o deixaram de ser. A todos, um bem-haja por terem servido o Concelho de Sesimbra.-----

-----Uma palavra especial e um agradecimento reconhecido ao primeiro secretário João Narciso. ----

-----Não quero, nem posso, neste momento deixar de dar umas sinceras palavras para as funcionárias do apoio a esta Assembleia, pois são o verdadeiro rosto deste órgão, sem elas, nada seria feito, são uma equipa de grande qualidade, muito obrigada pelo vosso esforço e competência.-----

-----Hoje e aqui, não posso, nem devo deixar de homenagear a Presidente da Assembleia Municipal Dra. Odete Graça, agradecer toda a sua disponibilidade durante vários anos a servir SESIMBRA, e dizer que ao longo destes quatro anos, foi uma satisfação trabalhar, sabendo sempre que poderia contar com o seu incondicional apoio e lealdade, o meu mais profundo agradecimento e a minha amizade para sempre, pois a amizade não se dá, a amizade constrói-se. OBRIGADA DRA. ODETE GRAÇA.-----

-----E terminada esta parte da minha intervenção, quero, porque não o fazendo, não ficaria bem, agradecer ao PSD, o convite que me fizeram á quatro anos atrás, um grande bem-haja pela confiança que em mim depositaram.-----

-----Por fim, agradeço a todo o executivo da Câmara Municipal de Sesimbra a forma generosa que sempre me trataram.-----

-----Sei que na vida sempre surgem espinhos, mas também sei que o gosto da mesma, está em saber ultrapassa-los. Por fim, tenho a certeza que o dever foi cumprido.-----

-----Finalizo dando um abraço fraterno a cada um de vós, agradecendo a vossa amizade, foi uma honra estar nesta assembleia.-----

-----Viva SESIMBRA-----

-----Viva a Assembleia Municipal-----

-----Obrigada a todos”-----

-----Tomou depois do uso da palavra o Primeiro-secretário da Mesa da AMS, João Narciso, que fez a seguinte intervenção: -----

-----“Mais 4 anos de partilha e constante aprendizagem... é desta forma despida de formalismo e



Assembleia Municipal de Sesimbra

carregada de verdade e de sentimento e sem qualquer intenção encapuçada que faço a avaliação deste mandato. -----

-----Onde importa realçar, salvaguardando as diferentes posições e visões políticas de cada bancada, que conseguimos sempre com cordialidade, respeito e sentido de responsabilidade, elevar o debate e consequentemente saiu a ganhar o Município, deixo esta consideração em jeito de repto. -----

-----Com uma comissão de líderes consciente e quando chamada a tratar de matérias sensíveis ou mesmo muito sensíveis e recorde-me de 2 ou 3, soube agir em consonância, com bastante discrição, onde a convergência foi uma tônica e onde o método de trabalho proposto foi sem duvida o fio condutor. -----

-----Os trabalhos na Mesa, foram sempre organizados de forma muito metódica e com disciplina, o que foi claramente facilitador de processos, a articulação entre os membros ultrapassa o espectro político havendo grande amizade, respeito e admiração, a colega 2ªsecretária Conceição um exemplo de dedicação, profissionalismo, onde as nossas diferenças políticas nunca estiveram à frente dos interesses da assembleia, sempre com a sua palavra amiga e assertiva no momento certo, querida São muito obrigado por esta caminhada juntos -----.

-----Uma palavra a todos os deputados por estes 4 anos, ao serviço de apoio à AM, a Natália, a Cindy, a Anabela e a Laura Farinha que formam uma equipa de uma constante disponibilidade, competência e discrição impar, mas também uma palavra aos demais trabalhadores da câmara municipal que muito colaboram nas nossas iniciativas, pessoal do cine teatro, da logística e tantos outros que nos auxiliam, obrigado a todos.-----

-----Mas, voltando a traz propositadamente... se os secretários se acertaram é porque ao centro da mesa está alguém que dispensa apresentações e para quem já nos faltam as palavras... tivemos o prazer de ter connosco uma mulher única, símbolo do poder local, da democracia, da cidadania e de Sesimbra com uma capacidade de criar consensos, de equilíbrio, de argumentação que não se encontra facilmente, ficamos as vivências, e a humildade de dizer “ Foi uma honra trabalhar consigo Sra Presidente, ficará para sempre, Muito Obrigado”!! Caros colegas, no novo ciclo cá estarei, certamente não neste lugar, por isso, a todos, foi um prazer e uma honra estar convosco durante estes 4 anos como disse no início foram de aprendizagem com todos vós!”. -----

-----A Presidente da AMS, Odete Graça agradeceu as palavras do Primeiro e Segunda Secretários, João Narciso e Conceição Gonçalves, respetivamente, e disse ter a total disponibilidade porque aprender era também um ato de humildade e muitas vezes não se aprendia apenas com quem era mais novo, mas também não se aprendia sempre com quem era mais velho, e aprendia-se quando, de facto, se tinha algo

Ata nº 49 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que podia unir as pessoas em termos de interesses e em termos de perspetivas de trabalho e, portanto, a sua disponibilidade, saber, conhecimento e aquilo que era enquanto pessoa, estaria sempre à disposição de todos. Que víssemos deputados vamos passar a leitura da minuta. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, os trabalhos foram encerrados e dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram duas horas e quinze minutos do dia dezasseis de setembro de 2021. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----